1 DEMOGRAFIA 3
1.1 A MULTIPLICAÇÃO DA POBREZA 3
1.2 A DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL 4
1.2.1 Planejamento Familiar 5
1.2.2 A Situação da Europa 5
1.2.3 A Situação no Brasil 6
1.2.4 Taxa de Estimativa Populacional do Município de São Paulo 2000 – 2010 6
1.2.5 Brasil, país urbanizado. Urbanizado, de fato? 8
1.2.6 Um problema que ninguém quer conhecer e enfrentar: o da moradia social 9
1.2.7 Como esse crescimento urbano conduz ao desastre ambiental 10
1.2.8 Para finalizar 11
1.3 TAXAS DE NATALIDADE MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 1998 – 2002 11
1.4 TAXAS DE MORTALIDADE 12
1.4.1 Taxas de mortalidade Feminina, por Faixa Etária 12
1.4.2 Taxas de mortalidade, bruta e padronizada por sexo 13
1.4.3 Taxa de mortalidade infantil, neonatal e pós-natal 14
1.5 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE 15
1.6 ÍNDICE DE VELHICE E DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA 19
1.6.1 Evolução da proporção de idosos 21
1.6.2 Proporção da Renda Familiar que depende do Idoso 22
1.7 ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 23
1.7.1 Rendimento familiar médio total 24
1.7.2 Componentes da estrutura do orçamento doméstico 25
1.7.3 Rendimento familiar médio per capita 26
1.7.4 As famílias que habitam São Paulo 26
1.7.5 Perfil da família padrão por extrato de renda 27
1.7.5.1 Instrução do chefe da família por estrato de renda 28
1.7.5.2 Rendimento familiar médio total segundo instrução do chefe de família 29
1.7.5.3 Tipos de Família 31
1.8 CASAMENTOS 32
1.9 TAXAS DE MIGRAÇÃO 33
1.9.1 População segundo condição de Migração 33
1.9.2 Migrantes residentes segundo local de Origem 33
1.9.3 Estatísticas gerais: Imigrantes e descendentes 35
1.10.1 Taxa de desocupação 39
1.10.2 PESSOAS DESOCUPADAS (PD) 39
1.10.3 População Ocupada 41
1.10.4 Resultados nos principais grupamentos de atividade: 42
1.10.5 Resultados segundo a inserção no mercado de trabalho 43
1.10.6 Rendimento médio real 44
1.10.7 Distribuição dos Assalariados do setor privado 46
1.10.8 Distribuição dos autônomos por setor de atividade 47
1.10.9 Taxa de desemprego total 47
1.11 ECONOMIA URBANA 48
1.11.1 Investimentos 48
1.11.2 RENDA 50
1.11.2.1 Distribuição dos domicílios por faixas de renda familiar 50
1.11.2.2 Distribuição dos domicílios por faixas de renda per capitã 52
1.11.3 Mercado Imobiliário 54
1.11.3.1 Domicílios localizados em favelas, cômodos e improvisados 54
1.11.3.2 Domicílios particulares permanentes próprios 55
1.11.3.3 Domicílios particulares permanentes urbanos 55
1.11.3.4 Domicílios particulares permanentes por situação 56
1.11.3.5 Domicílios urbanos segundo espécie 56
1.11.3.6 Domicílios segundo situação 57
1.11.4 Consumos 57
1.11.4.1 Domicílios particulares segundo acesso a serviços de infra-estrutura urbana 57

1 DEMOGRAFIA

1.1 A Multiplicação da Pobreza

Para definir a taxa de fecundidade "ideal", que aponta para a estabilização do crescimento populacional de um país, demógrafos partiram de um pressuposto simples: o de que crianças são geradas por duas pessoas que, um dia, irão morrer e deverão, portanto, ser substituídas por outras duas. A chamada "taxa de reposição" é, por esse motivo, de 2,1 filhos por mulher. O Brasil já teve uma média quase três vezes superior a essa.
Hoje, as famílias têm, em média, 2,3 crianças – índice bem próximo do necessário para o equilíbrio populacional.
Mas este número esconde uma outra preocupante realidade na Demografia Brasileira :o fato de que persistem no mapa brasileiro regiões onde as mulheres têm um bebê por ano e chegam ao fim de sua vida fértil com mais de vinte filhos, reproduzindo um quadro semelhante ao exibido por países tão miseráveis quanto Somália e Uganda, na África. Mais grave que isso: diferentemente do que ocorria até pouco tempo atrás, esses bolsões de descontrole populacional não se situam apenas em rincões, mas nos grandes centros urbanos também – as favelas se tornaram ilhas de explosão demográfica dentro das metrópoles.

Um dado extraído do Censo do IBGE indica que, na última década, a população de favelas aumentou num ritmo quase três vezes superior à média brasileira. As maiores expansões ocorreram nas cidades de São Paulo, Belém e Rio de Janeiro.
No Rio de Janeiro, enquanto a população cresceu a uma taxa de 0,74% ao ano na década passada, o número de habitantes de favelas aumentou a um ritmo de 2,4%.
De acordo com os pesquisadores do IBGE, os fatores que podem ser apontados como responsáveis pelo crescimento populacional nesses bolsões, são;
(com peso de 35%) foi o aumento da fecundidade, seguido pela imigração (com peso de 17%).
Há outros elementos que, isoladamente, tiveram influência menor, como o aumento da expectativa de vida e a chegada de pessoas empobrecidas da própria cidade. Uma projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas indica que

a população favelada brasileira irá mais do que dobrar nos próximos dez anos caso o ritmo de crescimento populacional nessas áreas permaneça estável, poderá chegar a 13,5 milhões de pessoas.

Os números comprovam, porém, que existe um vínculo estreito entre o crescimento populacional e o desenvolvimento de uma economia. As mais pobres regiões brasileiras são as que têm as mais altas taxas de fecundidade. Nas mais ricas, é o oposto. A cidade com o menor índice de fecundidade do Brasil, São Caetano do Sul (SP), é a que apresenta a segunda maior renda per capita do país. O mesmo ocorre no âmbito das famílias: em lares onde a renda per capita não supera um quarto de salário mínimo, há em média cinco filhos, segundo o IBGE. Quando essa renda ultrapassa cinco salários mínimos, predomina o filho único. O alto número de filhos seria a razão da pobreza ou sua conseqüência? As duas coisas, respondem especialistas. Com muitos filhos, uma família com renda já escassa fica com o orçamento ainda mais espremido. As crianças são forçadas a largar os estudos para trabalhar e, assim, diminuem suas chances de superar a condição de pobreza. Sabe-se também que mulheres que não tiveram acesso ao estudo têm até três vezes mais filhos do que as que cursaram a universidade. "As altas taxas de fecundidade funcionam como uma espécie de combustível que faz girar um ciclo perverso de miséria", observa o economista Marcelo Neri, da FGV.

1.2 A Desaceleração do Crescimento Populacional

O processo de urbanização foi um dos fatores que contribuíram para refrear o aumento populacional no Brasil. Ao trocarem o campo pela cidade, as pessoas passaram a ter acesso a serviços públicos como saúde e educação. A universalização da previdência também influenciou na redução dos nascimentos, sobretudo porque fez arrefecer a crença, até hoje persistente em áreas rurais, de que a única fonte de renda na velhice viria do trabalho dos filhos – o benefício fez diminuir o temor dos brasileiros de chegar à velhice sem nenhum tostão. Um estudo feito na década de 70 chegou à curiosa conclusão de que as telenovelas foram outro fator a ajudar no encolhimento dos lares. "Como a maioria delas exibia famílias de dois filhos,

o padrão acabou influenciando os casais", diz a demógrafa Elza Berquó, do Núcleo de Estudos da População da Unicamp, que participou da pesquisa na época.

1.2.1 Planejamento Familiar

A história das políticas de planejamento familiar é cheia de idas e vindas. Embora a distribuição de preservativos pelos hospitais públicos tenha começado nos anos 70, foi só a partir de 1996, por força de lei, que camisinhas e anticoncepcionais começaram a chegar sistematicamente às regiões mais pobres e distantes das grandes cidades. Agora, o governo federal está preparando um pacote de medidas, a ser anunciado ainda neste mês, que promete aumentar a opção de anticoncepcionais ofertados pelo Estado e dobrar o número de hospitais públicos que fazem esterilizações, hoje disponíveis em menos de 10% dos municípios brasileiros. A interferência governamental exige precisão cirúrgica para que não cause danos difíceis de reverter.

O Brasil já exibe uma queda consistente nas taxas de crescimento populacional. Uma ação generalizada poderia acelerar perigosamente essa tendência. Demógrafos afirmam que é muito mais fácil diminuir a taxa de fecundidade do que aumentá-la.

1.2.2 A Situação da Europa

Há anos a Europa assiste à diminuição de sua população. A situação é particularmente grave em países como Itália, Espanha, Alemanha e Suíça, todos com crescimento populacional próximo de zero. Diante da perspectiva de diminuir, esses países passaram a implantar programas de estímulo à natalidade, que incluem de abatimento no imposto de renda a licença remunerada de até um ano para os candidatos a pais. Na Itália, que junto com a Espanha tem a menor taxa de natalidade da Europa (1,2 filho por casal), o problema ganhou proporções tão dramáticas que a Igreja resolveu interferir: "Italianos, façam filhos", foi o slogan da campanha lançada há dois anos. Nem o incentivo da Igreja Católica nem as benesses oferecidas pelo governo estão dando resultados. Projeções indicam que tanto a Itália quanto a Suíça estão prestes a ter crescimento populacional negativo. Ou seja, encolherão de fato. Assim como a Alemanha, a Itália já afrouxou as exigências para a entrada de imigrantes dispostos a trabalhar – a única maneira de manter a economia funcionando nos níveis atuais.

1.2.3 A Situação no Brasil

No Brasil, embora o crescimento populacional continue caindo, as regiões pobres e, sobretudo, as favelas vêem agravar-se fenômenos que apontam na direção contrária, como o aumento da gravidez na adolescência, por exemplo. O último censo mostrou que mulheres de baixa renda estão tendo filhos cada vez mais cedo. Nos últimos dez anos, aumentou em 42% o número de mães pobres na faixa de 15 a 19 anos. "A ação do governo tem de ser precisa e baseada em estudos que ataquem problemas localizados como esse", diz o demógrafo Paulo Murad Saad, da Divisão de Populações da Organização das Nações Unidas. Ou seja, regiões com diferentes níveis de instrução e riqueza têm de ser alvo de políticas específicas.

Segue anexo as estimativas de crescimento do Município de São Paulo, bem como outras tabelas que acabam refletindo outras realidades do município:

1.2.4 Taxa de Estimativa Populacional do Município de São Paulo 2000 – 2010

ESTIMATIVA POPULACIONAL							
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 2000/2005 E 2010							
Unidade Territorial	**População**						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2.010
Município de São Paulo	10.434.252	10.525.697	10.617.943	10.710.997	10.804.867	10.899.560	11.385.617
Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000.							
Estimativas 2001, 2002 , 2003, 2004, 2005 e 2010 - realizadas com base na taxa de crescimento 1991/2000							
Elaboração: Sempla/Deinfo							

A evolução dos indicadores sociais, que acompanham o processo de urbanização no Brasil, apresenta um quadro contraditório. Desde os anos 40 podemos festejar a queda ininterrupta da mortalidade infantil (de 149 mortes para cada mil nascidos

vivos em 1940 para 34,6 em 1999), o aumento, também ininterrupto da expectativa de vida (de 42,7 anos em 1940 para 68,4 em 1999) e a queda do número de filhos por mulher em idade fértil (4,4 filhos em 1940 para 2,2 em 2000). O nível de escolaridade, como todos sabemos, também evolui positivamente ao longo do período. Esses dados, fornecidos pelo IBGE, propiciam uma leitura bastante positiva da evolução da sociedade brasileira no século passado. Tanto o aumento da expectativa de vida quanto a diminuição da mortalidade infantil, bem como a diminuição da taxa de natalidade, constituem variações significativas e, sem dúvida, benéficas no que diz respeito à qualidade de vida.

O processo de urbanização/industrialização se consolida e se aprofunda a partir de 1930, quando os interesses urbanos industriais conquistam a hegemonia na orientação da política econômica sem, entretanto, romper com relações arcaicas de mando baseado na propriedade fundiária. É importante destacar essa característica do processo social brasileiro: industrialização sem reforma agrária, diferentemente do que ocorrera na Europa e nos Estados Unidos. Nestes, a industrialização foi acompanhada de rupturas na antiga ordem social. Entre nós, predominou um certo arranjo, uma acomodação por cima como ocorrera em outros momentos importantes na história do país: independência (1822), Constituição de 1824, Lei de Terras de 1850, "libertação" dos escravos em 1988, República 1889, característica para a qual chamam a atenção diversos estudiosos como Francisco de Oliveira, Alfredo Bosi, José de Souza Martins, Roberto Schwarz, entre muitos outros.

Entre 1940 e 1980 o Brasil cresceu, economicamente, a taxas muito altas (crescimento do PIB equivalente a 7% ao ano) e, embora a riqueza gerada por esse crescimento tenha sido muito mal distribuída, ainda assim proporcionou melhora de vida a grande parte da população, além de resultar em uma respeitável base produtiva.

Nesse período, as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eram vistas como a alternativa de melhora das péssimas condições da vida rural. Um gigantesco movimento migratório foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas em apenas 60 anos. Em 1940, cerca de 18,8% da população brasileira era urbana. Em 2000 essa proporção é de 82%, aproximadamente, o que permite classificar o Brasil com um dos países mais urbanizados do planeta sendo que perto de 30% dessa população vive em apenas 9 metrópoles.

Apesar da sua característica de concentração das riquezas, o processo de industrialização/urbanização foi determinante para a melhora dos indicadores sociais mencionados acima devido à expansão da rede de água tratada, ampliação do uso de antibióticos, aumento da escolaridade materna, aumento do atendimento à gestante, maior acesso à informação, expansão do emprego industrial e acesso, mesmo que restrito, aos direitos sociais no trabalho urbano (dentre outras causas).

1.2.5 Brasil, país urbanizado. Urbanizado, de fato?

Se observarmos os indicadores urbanísticos nesse mesmo período, entretanto, veremos que o ovo da serpente estava sendo gerido. O otimismo que pode emergir dos dados não tem como se sustentar quando observamos que a evolução do uso e da ocupação do solo assume uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns), e ambientalmente predatória. A questão fundiária, cujo enfrentamento foi adiado *sine die*, no campo, ressurge sob novo formato no universo urbano.

Em 1940 as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e emancipação política e econômica. A qualidade de vida em São Paulo, por exemplo, foi observada por vários visitantes, dentre os quais o antropólogo Claude Lévi Strauss em seu livro *Saudades de São Paulo*. O Eldorado era mais do que uma promessa para aqueles que vinham em busca de uma vida melhor. Era realidade, como bem reflete Valter Rogério em seu filme *Marvada Carne*. A vida na periferia urbana dos anos 60 ou 70 não era tão boa quanto na cidade oficial mas era possível reunir os amigos e vizinhos para um churrasco e uma cerveja (na vida da roça a carne era um alimento raro). As casas, produto do esforço autônomo dos moradores e de seus amigos nos fins de semana, nos loteamentos ilegais da periferia, embora apresentando deficiências eram honestas e dignas. Melhoravam com os pequenos investimentos provenientes das férias e do 13o. salário, ao longo de muitos anos.

O desenrolar dos acontecimentos se encarregou de contrariar a utopia da emancipação social e da modernização para todos. No final do século a imagem das grandes cidades está marcada por favelas, poluição do ar e das águas, enchentes, desmoronamentos, crianças abandonadas, violência, epidemias.

A pobreza urbana é maior do que a média da pobreza brasileira e está concentrada nas Regiões Metropolitanas. Dos pobres brasileiros, 33% estão nas "ricas" metrópoles do sudeste. Concentram-se também nas regiões metropolitanas 80% da população moradora das favelas, conforme estudos de Suzana Pasternak. Em 9 metrópoles brasileiras moram cerca de 55 milhões de pessoas. É mais do que a população de vários países latino-americanos ou europeus, juntos. O Rio de Janeiro tem população equivalente a um Chile e São Paulo tem população superior a um Chile e meio. No entanto, o país não tem política institucional para as regiões metropolitanas, como se os índices de violência, poluição e miséria que elas apresentam pudessem ser resolvidos com políticas compensatórias pontuais. A ausência de políticas para as metrópoles é uma ofensa à inteligência brasileira. Se os municípios que as compõem se entenderem para compatibilizar as iniciativas relativas à coleta e destino do lixo urbano e da macro drenagem, por exemplo, melhor para todos, senão, azar.

Aproximadamente 50% da população das metrópoles de Rio de Janeiro e São Paulo mora nas favelas ou nos loteamentos ilegais da periferia. Mas os problemas

urbanos estão longe de se restringir às áreas metropolitanas. O censo do IBGE de 1991 verificou uma tendência confirmada em 2000, de que as cidades médias (entre 100.000 e 500.000 habitantes) crescem a taxas mais altas do que as regiões metropolitanas (4,8% contra 1,3%). Os problemas das metrópoles começam a surgir nas cidades de porte médio que ainda apresentam melhor qualidade de vida: Florianópolis, Aracajú, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, dentre tantas outras. Favelas, crianças abandonadas, moradores de rua, congestionamentos de veículos, mortes no trânsito, poluição da água e, em especial a chamada violência urbana são alguns dos indicadores que constituem amostra da tendência que é geral.

Há um desaceleramento no crescimento das metrópoles mas ele se verifica especialmente no município central. Há casos, como o Rio de Janeiro, onde o município central chegou a perder população nos últimos anos. Mas essa não é a realidade dos municípios periféricos das regiões metropolitanas. As periferias crescem mais do que os núcleos e em algumas metrópoles esse crescimento é explosivo como acontece em Belém (157,9%), Curitiba (28,2%), Belo Horizonte (20,9%) , Salvador (18, 1%) e São Paulo (16,3%), de acordo com pesquisa do IPEA para o período 1991/1996. Ou seja, as tendências futuras não são alvissareiras.

O crescimento urbano resultante desse intenso crescimento demográfico se fez, em grande parte, fora da lei (sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e código de obras), sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Sem alternativas, a população se instalou como pôde, com seus parcos recursos e conhecimento.

1.2.6 Um problema que ninguém quer conhecer e enfrentar: o da moradia social

A busca de dados fidedignos sobre as condições de moradia e a situação fundiária de nossas cidades é frustrante pela falta de rigor nos levantamentos. O desconhecimento nacional sobre esse universo é gerado, em parte, pela confusão que cerca as titularidades de terras e seus limites. Essa confusão abrange tanto os cartórios de registro de imóveis como os cadastros imobiliários urbanos. O levantamento dos brasileiros que moram em favelas é bastante sub dimensionado pelo IBGE, como não poderia deixar de ser.

Diversos levantamentos (teses acadêmicas, prefeituras, e IBGE) mostram que: 33% da população de Salvador mora em áreas invadidas. 34% em Fortaleza, 40% em Recife, mais de 50% em Maceió, e mais de 20% em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. A decantada Curitiba exibe um crescimento fantástico de áreas invadidas formando um cerco completo em torno do município central.

O gigantesco crescimento de invasões de terra, em anos recentes, se dá devido à falta de alternativas habitacionais, seja por parte do mercado privado (que não chega a atender 30% da população do país segundo dados da Cibrasec!) seja devido ao diminuto alcance das políticas públicas. Sem subsídios, não há como incorporar a maior parte da população ao mercado, muito menos quando ele continua privilegiando os ganhos especulativos. Bancários, professores secundários, policiais, enfermeiros, todo um contingente de trabalhadores regularmente empregados são excluídos do mercado o que não dizer dos informais, que são em número crescente.

A auto-construção de casas em loteamentos ilegais ou terras ocupadas irregularmente, prática vista com bons olhos por alguns que enfatizavam a capacidade e a solidariedade presente nas iniciativas populares de construção da cidade conduziu, ao final de muitos anos, a um grande desastre. Algumas das maiores aglomerações do mundo, como é o caso de Rio de Janeiro e São Paulo tem regiões inteiras construídas a partir dos esforços fragmentados e espontâneos de um sem número de agentes isolados. O resultado é caótico, como se pode constatar na zona oeste do município do Rio de Janeiro: terras sem lei, seja para a ocupação urbana seja para a resolução de conflitos entre os moradores. Mas a irregularidade urbanística não pode ser atribuída apenas à população sem alternativas.

Na malha urbana do Capão Redondo, distrito de São Paulo onde habitam aproximadamente 800.000 pessoas percebe-se a falta de coordenação entre os agentes que participaram de sua construção, incluindo o Estado com a promoção de conjuntos habitacionais. Loteamentos ilegais, conjuntos habitacionais de promoção pública, "condomínios fechados" de promoção privada e favelas (que ocupam as franjas sobrantes dessas iniciativas) formam uma colcha de retalhos sem qualquer unidade ou articulação. A ausência de qualquer racionalidade na circulação viária, interrompida a cada 500 metros, revela que se trata de um depósito de pessoas. A ausência da gestão pública, a inexistência de qualquer contrato social remete o lugar para a "terra de ninguém" onde "a lei é do mais forte". É compreensível que o distrito apresente alguns dos maiores índices de violência de São Paulo.

Em Goiânia, Brasília e Maceió, a ilegalidade na ocupação do solo, com a promoção de imensos loteamentos populares foi iniciativa única e exclusiva do Estado. Isolados da "cidade oficial" ou da "cidade legal", esses depósitos de pessoas marcados pelo abandono, são produto de iniciativas populistas, bem sucedidas do ponto de vista eleitoral, mas que resultam numa tragédia em termos sociais, urbanos e ambientais.

1.2.7 Como esse crescimento urbano conduz ao desastre ambiental

Dentre as principais conseqüências da falta de alternativas de moradias legais (ou seja, reguladas pela legislação urbanística e inseridas na cidade oficial) está a

agressão ambiental. A ocupação de áreas ambientalmente frágeis - beira dos córregos, encostas deslizantes, várzeas inundáveis, áreas de proteção dos mananciais - é a alternativa que sobra para os excluídos do mercado e dos insignificantes programas públicos. Em algumas cidades, como em São Paulo e Curitiba, as regiões onde a ocupação mais cresce são as Áreas de Proteção dos Mananciais, ou seja, áreas produtoras de água potável onde a ocupação é proibida na lei mas não o é na prática da ocupação do território.

Nas grandes e médias cidades os rios, riachos, lagos, mangues e praias tornaram-se canais ou destino dos esgotos domésticos. O esgotamento sanitário atinge 54% dos domicílios em todo o Brasil mas apenas 10% do esgoto coletado é tratado. O restante permanece na rede hídrica. Quanto ao lixo, 29% do montante coletado é tratado. Isso fica evidente na paisagem de qualquer estrada que deixa as metrópoles ou grandes cidades, as quais são acompanhadas durante quilômetros pelo lixo não recolhido.

1.2.8 Para finalizar

A reversão desse quadro exige, antes de mais nada, um conhecimento mais rigoroso sobre ele. O primeiro passo para começar a mudar esse rumo é tirar as instituições e a sociedade do "analfabetismo urbanístico" e criar a consciência da dimensão dos problemas que estão sendo produzidos por esse crescimento urbano sem regulação pública e socialmente desigual. O conhecimento sobre as cidades no Brasil e sobre a cidade em que cada um vive poderia começar na rede escolar.

Instrumentos legais e planos urbanísticos que orientem as cidades em direção ao "crescimento harmônico e equilibrado" (palavras frequentes nas introduções dos Planos Diretores) não faltam. Temos inclusive motivos de otimismo já que em julho de 2001, após 12 anos de promulgada a Constituição Federal de 1988, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade: um inédito conjunto de medidas que visam a implementação da função social da propriedade. Entretanto, a história do urbanismo brasileiro mostra que, com a ausência dos olhos da sociedade, não há como impulsionar a aplicação de planos e leis que poderiam definir uma nova era do desenvolvimento urbano no Brasil.

Sem querer abusar do trocadilho trata-se de ocupar a lacuna e criar a consciência com ciência, com conhecimento.

Ermínia Maricato é professora-titular, coordenadora do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

1.3 Taxas de natalidade Município de São Paulo 1998 – 2002

TAXAS DE NATALIDADE

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 1998 / 2002					
Taxa de Natalidade (1)	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**
	22,18	21,09	19,9	18,18	17,57
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SEADE					
(1) Por mil habitantes					
Elaboração: Sempla/Deinfo					

1.4 Taxas de mortalidade

1.4.1 Taxas de mortalidade Feminina, por Faixa Etária

Taxas de Mortalidade Feminina, por Faixa Etária, segundo Subprefeituras
Município de São Paulo
Triênio 2000/2002

Por 1.000 mulheres

Subprefeituras	0-4 Anos	5-9 Anos	10-14 Anos	15-19 Anos	20-24 Anos	25-29 Anos	30-34 Anos	35-39 Anos	40-44 Anos	45-49 Anos	50-54 Anos	55-59 Anos	60-64 Anos	65-69 Anos	70-74 Anos	75 Anos e Mais	Total
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**3,6**	**0,3**	**0,3**	**0,5**	**0,6**	**0,8**	**1,0**	**1,5**	**2,2**	**3,5**	**5,1**	**7,7**	**11,2**	**17,3**	**26,2**	**75,2**	**5,2**
Aricanduva	2,7	0,3	0,2	0,3	0,3	0,5	0,7	1,5	2,3	2,5	4,7	6,6	10,0	17,0	26,7	78,2	6,4
Butantã	3,1	0,2	0,2	0,5	0,4	0,6	0,9	1,4	1,8	2,4	4,3	6,8	10,6	15,9	26,7	82,4	4,9
Campo Limpo	3,5	0,4	0,3	0,4	0,6	0,6	1,1	1,6	2,1	3,2	5,2	8,5	13,4	19,4	29,4	74,5	3,3
Casa Verde/Cachoeirinha	3,1	0,4	0,3	0,6	0,8	1,0	1,2	1,7	2,6	3,8	5,0	8,2	12,6	18,9	30,0	78,9	5,7
Cidade Ademar	3,3	0,4	0,3	0,7	0,6	0,9	1,1	1,7	2,3	3,8	4,8	8,6	12,1	20,8	32,5	76,0	3,8
Cidade Tiradentes	3,4	0,2	0,4	0,4	0,7	1,1	1,1	1,6	2,3	3,5	6,5	7,4	14,2	22,2	31,3	75,4	2,8
Ermelino Matarazzo	3,6	0,2	0,3	0,3	0,7	0,6	1,4	1,7	2,4	4,0	5,6	9,4	14,9	21,0	29,2	83,7	5,1
Freguesia/Brasilândia	3,9	0,3	0,3	0,7	0,8	1,1	1,4	2,2	3,1	5,4	5,7	10,0	14,2	19,8	32,2	77,7	5,1
Guaianases	3,9	0,3	0,2	0,4	0,5	0,9	1,2	1,9	3,2	5,2	6,5	11,4	14,9	25,4	36,2	83,2	3,9
Ipiranga	2,6	0,3	0,3	0,4	0,4	0,7	1,1	1,4	1,7	3,2	4,8	7,5	8,7	14,5	23,8	72,1	5,6
Itaim Paulista	3,6	0,3	0,2	0,6	0,6	0,7	1,1	1,6	2,5	3,7	6,7	11,2	14,1	25,5	37,7	82,7	3,9
Itaquera	2,8	0,3	0,3	0,4	0,6	0,7	1,1	1,8	2,1	3,9	5,4	9,7	12,8	21,0	31,4	84,2	4,2
Jabaquara	3,3	0,3	0,3	0,6	0,5	0,6	1,1	1,8	2,6	3,1	5,3	6,5	11,6	16,8	24,7	72,9	5,3
Lapa	2,9	0,2	0,2	0,2	0,6	0,5	0,6	0,9	1,7	2,0	2,6	4,3	7,7	12,9	21,8	72,0	7,1
M'Boi Mirim	4,0	0,2	0,3	0,7	0,7	0,8	1,0	1,7	2,5	4,1	5,8	10,1	14,1	24,7	33,3	76,9	3,5
Moóca	3,5	0,3	0,3	0,4	0,5	0,8	0,9	1,5	2,1	3,7	4,1	6,7	9,3	13,8	22,0	75,2	8,5
Parelheiros	4,2	0,2	0,3	0,6	0,6	1,1	0,9	1,4	2,5	5,2	5,6	11,4	12,4	19,6	36,9	72,3	3,1
Penha	3,1	0,2	0,3	0,4	0,7	0,7	1,2	1,2	2,2	3,3	5,2	7,0	11,1	17,0	24,7	78,6	5,8
Perus	3,6	0,0	0,1	0,5	0,7	0,5	0,7	0,9	1,9	2,8	5,9	12,6	13,0	19,7	27,3	86,5	3,3
Pinheiros	2,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,5	0,7	1,2	2,0	3,3	4,0	6,6	11,6	16,4	66,7	7,7
Pirituba	4,1	0,3	0,3	0,5	0,6	0,7	1,1	1,7	2,1	4,3	5,4	8,2	13,0	19,1	29,8	76,4	4,7

Santana/Tucuruvi	2,5	0,4	0,1	0,4	0,6	0,6	0,9	1,1	1,7	2,5	4,5	5,7	10,7	15,5	24,0	76,4	6,8
Santo Amaro	3,7	0,3	0,3	0,4	0,3	0,6	0,7	1,2	1,5	2,0	3,1	5,9	9,3	15,0	25,2	80,9	6,8
São Mateus	4,0	0,1	0,3	0,5	0,6	1,0	1,0	1,5	2,8	4,3	5,7	9,3	14,1	22,3	36,6	77,1	3,9
São Miguel	3,6	0,3	0,3	0,5	0,7	1,0	0,9	1,7	3,2	3,8	6,9	10,2	14,6	23,5	34,6	84,8	4,4
Sé	4,5	0,4	0,4	0,6	0,5	0,7	1,1	1,4	2,3	3,1	4,8	6,6	9,1	13,8	22,8	66,8	7,8
Socorro	3,8	0,2	0,3	0,6	0,7	0,9	1,0	1,4	2,1	3,9	5,8	8,2	13,5	18,6	28,5	73,1	3,5
Tremembé/Jaçanã	3,3	0,2	0,2	0,5	0,8	1,0	1,3	1,5	2,4	4,0	6,5	7,6	11,4	21,5	28,0	79,3	5,3
Vila Maria/Vila Guilherme	3,1	0,2	0,5	0,5	0,7	1,2	1,0	1,9	2,4	3,9	5,0	7,4	10,0	15,9	28,6	73,5	6,1
Vila Mariana	3,3	0,1	0,2	0,3	0,2	0,5	0,4	0,8	1,1	2,1	3,3	4,8	7,1	11,1	18,2	69,3	7,3
Vila Prudente/Sapopemba	3,4	0,2	0,3	0,5	0,7	0,7	1,1	1,4	2,3	3,1	5,2	7,7	10,7	18,2	27,9	77,0	5,0

Fonte: Fundação Seade.

1.4.2 Taxas de mortalidade, bruta e padronizada por sexo

Taxas de Mortalidade, Bruta e Padronizada (1), por Sexo, segundo Subprefeituras
Município de São Paulo
Triênio 2000/2002

Por 1.000 habitantes

Subprefeituras	Taxa Bruta		Taxa Padronizada		ISM (2)
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**7,8**	**5,2**	**7,8**	**5,2**	**1,50**
Aricanduva	9,5	6,4	7,5	4,9	1,50
Butantã	6,8	4,9	6,7	5,1	1,40
Campo Limpo	5,7	3,3	7,6	5,3	1,70
Casa Verde/Cachoeirinha	8,8	5,7	8,6	5,6	1,50
Cidade Ademar	6,9	3,8	8,3	5,5	1,80
Cidade Tiradentes	5,3	2,8	8,3	5,6	1,90
Ermelino Matarazzo	7,2	5,1	7,7	5,9	1,40
Freguesia/Brasilândia	8,0	5,1	8,8	6,0	1,60
Guaianases	6,4	3,9	8,8	6,4	1,70
Ipiranga	8,3	5,6	7,2	4,7	1,50
Itaim Paulista	6,5	3,9	8,6	6,2	1,70
Itaquera	6,7	4,2	8,2	5,8	1,60
Jabaquara	8,1	5,3	7,7	5,0	1,50
Lapa	8,8	7,1	5,9	4,2	1,20
M'Boi Mirim	6,6	3,5	8,7	5,9	1,90
Moóca	11,3	8,5	7,3	4,8	1,30
Parelheiros	6,5	3,1	8,6	5,8	2,10
Penha	8,6	5,8	7,6	5,1	1,50
Perus	5,1	3,3	7,4	5,7	1,60
Pinheiros	9,4	7,7	5,0	3,7	1,20
Pirituba	7,1	4,7	7,9	5,5	1,50
Santana/Tucuruvi	8,7	6,8	6,6	4,7	1,30

Santo Amaro	8,8	6,8	6,5	4,8	1,30
São Mateus	6,7	3,9	8,4	5,9	1,70
São Miguel	6,8	4,4	8,3	6,2	1,60
Sé	10,3	7,8	7,3	4,7	1,30
Socorro	6,4	3,5	8,3	5,4	1,90
Tremembé/Jaçanã	7,6	5,3	8,0	5,6	1,40
Vila Maria/Vila Guilherme	9,0	6,1	7,7	5,2	1,50
Vila Mariana	8,7	7,3	5,2	4,0	1,20
Vila Prudente/Sapopemba	7,9	5,0	7,8	5,2	1,60

Fonte: Fundação Seade.

(1) Padronizada por idade pela população do Município de São Paulo.

(2) ISM - Índice de Sobremortalidade Masculina.

1.4.3 Taxa de mortalidade infantil, neonatal e pós-natal

Taxa de Mortalidade Infantil, Neonatal e Pós-Neonatal, segundo Subprefeituras
Município de São Paulo
1995-2003

Por mil nascidos vivos

Subprefeituras	1995			2003		
	Neonatal	Pós-Neonatal	TMI	Neonatal	Pós-Neonatal	TMI
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**14,86**	**8,60**	**23,46**	**9,57**	**4,66**	**14,23**
Aricanduva	12,74	5,18	17,93	8,57	2,49	11,05
Butantã	15,47	8,63	24,10	9,51	3,65	13,16
Campo Limpo	16,07	8,08	24,15	9,27	4,88	14,15
Casa Verde/Cachoeirinha	16,86	8,13	24,99	9,23	4,79	14,02
Cidade Ademar	16,02	10,03	26,04	12,40	6,20	18,60
Cidade Tiradentes	17,77	15,18	32,95	10,66	5,89	16,55
Ermelino Matarazzo	15,16	7,09	22,24	8,45	5,92	14,37
Freguesia/Brasilândia	13,76	9,70	23,46	10,81	3,77	14,57
Guaianases	19,03	16,16	35,18	9,27	5,30	14,57
Ipiranga	11,30	6,81	18,11	8,64	3,28	11,92
Itaim Paulista	15,10	11,49	26,59	9,85	4,57	14,42
Itaquera	15,38	8,06	23,45	9,40	3,74	13,14
Jabaquara	10,77	6,46	17,23	9,95	3,41	13,36
Lapa	10,70	4,42	15,11	5,65	3,95	9,60
M'Boi Mirim	18,10	10,52	28,62	9,63	6,48	16,11
Moóca	13,42	5,62	19,04	8,43	4,11	12,53
Parelheiros	10,44	9,40	19,84	11,83	4,18	16,01
Penha	14,67	7,33	22,00	11,18	5,81	16,99
Perus	15,23	7,31	22,53	9,93	4,96	14,89
Pinheiros	9,20	3,58	12,77	6,21	2,07	8,28
Pirituba	13,35	8,85	22,19	11,07	5,18	16,25
Santana/Tucuruvi	9,99	4,52	14,51	7,36	4,90	12,26
Santo Amaro	15,24	7,50	22,74	10,84	2,10	12,93

São Mateus	17,13	9,89	27,01	9,29	3,63	12,92
São Miguel	11,21	11,21	22,43	10,99	6,28	17,27
Sé	11,90	7,56	19,47	9,06	4,18	13,25
Socorro	15,50	9,09	24,59	9,75	4,79	14,53
Tremembé/Jaçanã	14,91	8,52	23,43	11,66	5,73	17,39
Vila Maria/Vila Guilherme	10,32	8,77	19,09	8,14	5,36	13,50
Vila Mariana	11,67	5,62	17,28	5,49	2,09	7,59
Vila Prudente/Sapopemba	13,19	8,08	21,27	8,59	4,48	13,07

Fonte: Fundação Seade.

1.5 Distribuição da População, por sexo e grupos de idade

Distribuição da População, por Sexo e Grupos de Idade, segundo Subprefeituras e Distritos
Município de São Paulo
2004

Em porcentagem

Subprefeituras e Distritos	Homens				Mulheres				Total			
	0 a 14 Anos	15 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Total	0 a 14 Anos	15 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Total	0 a 14 Anos	15 a 59 Anos	60 Anos e Mais	Total
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**26,1**	**65,5**	**8,4**	**100,0**	**23,0**	**65,7**	**11,3**	**100,0**	**24,4**	**65,6**	**10,0**	**100,0**
Aricanduva	**22,0**	**65,3**	**12,7**	**100,0**	**18,9**	**65,0**	**16,1**	**100,0**	**20,4**	**65,1**	**14,5**	**100,0**
Aricanduva	23,6	65,8	10,6	100,0	21,0	65,9	13,1	100,0	22,2	65,9	11,9	100,0
Carrão	20,8	64,5	14,7	100,0	17,2	63,6	19,2	100,0	18,9	64,0	17,1	100,0
Vila Formosa	21,4	65,4	13,2	100,0	18,1	65,4	16,5	100,0	19,6	65,5	14,9	100,0
Butantã	**24,5**	**66,6**	**8,9**	**100,0**	**21,3**	**67,6**	**11,1**	**100,0**	**22,8**	**67,2**	**10,0**	**100,0**
Butantã	17,0	68,3	14,7	100,0	14,2	67,1	18,7	100,0	15,5	67,6	16,9	100,0
Morumbi	21,1	67,5	11,4	100,0	17,1	70,4	12,5	100,0	19,0	69,0	12,0	100,0
Raposo Tavares	28,3	66,3	5,4	100,0	25,1	68,1	6,8	100,0	26,7	67,2	6,1	100,0
Rio Pequeno	25,8	66,0	8,2	100,0	23,0	67,0	10,0	100,0	24,4	66,5	9,1	100,0
Vila Sônia	24,0	66,5	9,5	100,0	20,8	67,4	11,8	100,0	22,3	67,0	10,7	100,0
Campo Limpo	**29,4**	**65,8**	**4,8**	**100,0**	**27,0**	**66,9**	**6,1**	**100,0**	**28,2**	**66,3**	**5,5**	**100,0**
Campo Limpo	28,7	66,0	5,3	100,0	26,4	66,7	6,9	100,0	27,5	66,3	6,2	100,0
Capão Redondo	29,8	65,6	4,6	100,0	27,3	66,8	5,9	100,0	28,5	66,2	5,3	100,0
Vila Andrade	29,6	66,2	4,2	100,0	27,9	67,3	4,8	100,0	28,7	66,8	4,5	100,0

Casa Verde/Cachoeirinha	**26,3**	**64,8**	**8,9**	**100,0**	**22,8**	**65,2**	**12,0**	**100,0**	**24,4**	**65,0**	**10,6**	**100,0**
Cachoeirinha	29,6	63,9	6,5	100,0	26,6	64,8	8,6	100,0	28,0	64,4	7,6	100,0
Casa Verde	21,7	65,8	12,5	100,0	18,2	65,5	16,3	100,0	19,9	65,6	14,5	100,0
Limão	24,1	65,7	10,2	100,0	20,3	65,5	14,2	100,0	22,1	65,6	12,3	100,0
Cidade Ademar	**29,1**	**65,2**	**5,7**	**100,0**	**26,7**	**66,0**	**7,3**	**100,0**	**27,8**	**65,7**	**6,5**	**100,0**
Cidade Ademar	27,9	65,6	6,5	100,0	25,5	66,3	8,2	100,0	26,7	65,9	7,4	100,0
Pedreira	30,9	64,7	4,4	100,0	28,8	65,5	5,7	100,0	29,9	65,1	5,0	100,0
Cidade Tiradentes	**34,3**	**62,8**	**2,9**	**100,0**	**31,1**	**64,6**	**4,3**	**100,0**	**32,6**	**63,7**	**3,7**	**100,0**
Cidade Tiradentes	34,3	62,8	2,9	100,0	31,1	64,6	4,3	100,0	32,6	63,7	3,7	100,0
Ermelino Matarazzo	**26,3**	**65,8**	**7,9**	**100,0**	**23,3**	**66,4**	**10,3**	**100,0**	**24,7**	**66,2**	**9,1**	**100,0**
Ermelino Matarazzo	27,7	65,8	6,5	100,0	25,1	66,2	8,7	100,0	26,4	66,0	7,6	100,0
Ponte Rasa	24,7	65,7	9,6	100,0	21,3	66,7	12,0	100,0	22,9	66,2	10,9	100,0
Freguesia/Brasilândia	**28,6**	**64,2**	**7,2**	**100,0**	**25,7**	**64,7**	**9,6**	**100,0**	**27,1**	**64,4**	**8,5**	**100,0**
Brasilândia	31,1	63,3	5,6	100,0	28,7	64,0	7,3	100,0	29,9	63,6	6,5	100,0
Freguesia do Ó	23,8	65,9	10,3	100,0	20,3	66,1	13,6	100,0	22,0	66,0	12,0	100,0
Guaianases	**32,7**	**62,7**	**4,6**	**100,0**	**30,6**	**63,4**	**6,0**	**100,0**	**31,7**	**63,0**	**5,3**	**100,0**
Guaianases	31,6	63,6	4,8	100,0	29,2	64,3	6,5	100,0	30,4	63,9	5,7	100,0
Lajeado	33,4	62,2	4,4	100,0	31,4	62,8	5,8	100,0	32,4	62,5	5,1	100,0
Ipiranga	**23,3**	**65,8**	**10,9**	**100,0**	**20,1**	**65,4**	**14,5**	**100,0**	**21,6**	**65,6**	**12,8**	**100,0**
Cursino	21,1	65,5	13,4	100,0	17,8	65,3	16,9	100,0	19,3	65,4	15,3	100,0
Ipiranga	20,9	65,3	13,8	100,0	17,2	63,4	19,4	100,0	18,9	64,3	16,8	100,0
Sacomã	25,1	66,2	8,7	100,0	22,3	66,4	11,3	100,0	23,6	66,4	10,0	100,0
Itaim Paulista	**31,8**	**63,0**	**5,2**	**100,0**	**29,2**	**64,2**	**6,6**	**100,0**	**30,4**	**63,7**	**5,9**	**100,0**
Itaim Paulista	32,2	63,1	4,7	100,0	29,6	64,2	6,2	100,0	30,8	63,7	5,5	100,0
Vila Curuçá	31,2	63,0	5,8	100,0	28,6	64,2	7,2	100,0	29,9	63,6	6,5	100,0
Itaquera	**28,0**	**65,9**	**6,1**	**100,0**	**25,3**	**66,7**	**8,0**	**100,0**	**26,6**	**66,3**	**7,1**	**100,0**
Cidade Líder	27,0	66,8	6,2	100,0	25,2	66,9	7,9	100,0	26,0	66,9	7,1	100,0
Itaquera	29,2	64,6	6,2	100,0	26,2	65,6	8,2	100,0	27,6	65,2	7,2	100,0
José Bonifácio	26,1	68,0	5,9	100,0	22,9	69,0	8,1	100,0	24,4	68,5	7,1	100,0
Parque do Carmo				100,0				100,0				100,0

	29,1	65,4	5,5		26,4	66,2	7,4		27,7	65,8	6,5	
Jabaquara	**24,2**	**66,2**	**9,6**	**100,0**	**20,9**	**66,5**	**12,6**	**100,0**	**22,4**	**66,4**	**11,2**	**100,0**
Jabaquara	24,2	66,2	9,6	100,0	20,9	66,5	12,6	100,0	22,4	66,4	11,2	100,0
Lapa	**18,5**	**67,2**	**14,3**	**100,0**	**14,8**	**65,7**	**19,5**	**100,0**	**16,5**	**66,4**	**17,1**	**100,0**
Barra Funda	18,7	66,0	15,3	100,0	13,0	63,1	23,9	100,0	15,5	64,3	20,2	100,0
Jaguara	21,0	66,4	12,6	100,0	17,7	65,8	16,5	100,0	19,3	66,1	14,6	100,0
Jaguaré	24,6	66,2	9,2	100,0	22,3	66,0	11,7	100,0	23,3	66,1	10,6	100,0
Lapa	16,0	65,6	18,4	100,0	12,5	62,7	24,8	100,0	14,1	64,0	21,9	100,0
Perdizes	16,3	68,9	14,8	100,0	12,1	67,5	20,4	100,0	14,0	68,1	17,9	100,0
Vila Leopoldina	19,2	67,8	13,0	100,0	16,6	66,2	17,2	100,0	17,8	66,9	15,3	100,0
M'Boi Mirim	**30,5**	**65,1**	**4,4**	**100,0**	**28,2**	**66,3**	**5,5**	**100,0**	**29,3**	**65,8**	**4,9**	**100,0**
Jardim Ângela	32,2	64,2	3,6	100,0	30,2	65,4	4,4	100,0	31,2	64,8	4,0	100,0
Jardim São Luís	28,7	66,0	5,3	100,0	26,0	67,3	6,7	100,0	27,3	66,7	6,0	100,0
Moóca	**18,8**	**65,2**	**16,0**	**100,0**	**15,0**	**63,0**	**22,0**	**100,0**	**16,7**	**64,0**	**19,3**	**100,0**
Água Rasa	19,2	64,9	15,9	100,0	15,6	63,3	21,1	100,0	17,3	64,0	18,7	100,0
Belém	20,0	64,2	15,8	100,0	15,6	61,3	23,1	100,0	17,6	62,6	19,8	100,0
Brás	22,6	68,0	9,4	100,0	19,1	66,4	14,5	100,0	20,8	67,2	12,0	100,0
Moóca	17,3	64,4	18,3	100,0	13,6	61,7	24,7	100,0	15,3	63,0	21,7	100,0
Pari	18,9	64,9	16,2	100,0	14,4	62,3	23,3	100,0	16,4	63,5	20,1	100,0
Tatuapé	17,6	66,0	16,4	100,0	14,2	63,5	22,3	100,0	15,8	64,6	19,6	100,0
Parelheiros	**34,0**	**61,8**	**4,2**	**100,0**	**32,8**	**62,4**	**4,8**	**100,0**	**33,4**	**62,1**	**4,5**	**100,0**
Marsilac	34,9	57,3	7,8	100,0	32,5	59,7	7,8	100,0	33,7	58,5	7,8	100,0
Parelheiros	34,0	62,1	3,9	100,0	32,8	62,7	4,5	100,0	33,4	62,4	4,2	100,0
Penha	**23,6**	**65,7**	**10,7**	**100,0**	**20,3**	**65,6**	**14,1**	**100,0**	**21,9**	**65,7**	**12,4**	**100,0**
Artur Alvim	23,5	66,7	9,8	100,0	20,3	67,7	12,0	100,0	21,8	67,2	11,0	100,0
Cangaíba	26,4	65,5	8,1	100,0	23,3	66,1	10,6	100,0	24,8	65,8	9,4	100,0
Penha	21,1	65,1	13,8	100,0	17,9	63,7	18,4	100,0	19,4	64,3	16,3	100,0
Vila Matilde	22,6	65,6	11,8	100,0	19,3	65,1	15,6	100,0	20,8	65,3	13,9	100,0
Perus	**31,5**	**64,0**	**4,5**	**100,0**	**30,2**	**64,2**	**5,6**	**100,0**	**30,9**	**64,1**	**5,0**	**100,0**
Anhanguera	32,7	64,2	3,1	100,0	31,5	64,6	3,9	100,0	32,1	64,4	3,5	100,0
Perus				100,0				100,0				100,0

	30,8	63,8	5,4		29,3	64,0	6,7		30,0	63,9	6,1	
Pinheiros	**14,5**	**68,0**	**17,5**	**100,0**	**10,4**	**66,8**	**22,8**	**100,0**	**12,2**	**67,3**	**20,5**	**100,0**
Alto de Pinheiros	15,9	66,5	17,6	100,0	11,8	68,2	20,0	100,0	13,6	67,5	18,9	100,0
Itaim Bibi	15,2	68,6	16,2	100,0	11,2	66,9	21,9	100,0	13,0	67,6	19,4	100,0
Jardim Paulista	12,9	68,3	18,8	100,0	9,1	66,4	24,5	100,0	10,7	67,2	22,1	100,0
Pinheiros	14,4	68,2	17,4	100,0	10,4	65,9	23,7	100,0	12,1	66,9	21,0	100,0
Pirituba	**26,8**	**65,9**	**7,3**	**100,0**	**23,9**	**66,7**	**9,4**	**100,0**	**25,3**	**66,3**	**8,4**	**100,0**
Jaraguá	30,3	65,0	4,7	100,0	27,5	66,4	6,1	100,0	28,8	65,7	5,5	100,0
Pirituba	24,6	66,3	9,1	100,0	21,7	66,5	11,8	100,0	23,1	66,4	10,5	100,0
São Domingos	24,2	66,6	9,2	100,0	21,2	67,5	11,3	100,0	22,6	67,1	10,3	100,0
Santana/Tucuruvi	**19,3**	**68,1**	**12,6**	**100,0**	**16,9**	**65,4**	**17,7**	**100,0**	**18,0**	**66,7**	**15,3**	**100,0**
Mandaqui	22,9	66,8	10,3	100,0	19,6	67,2	13,2	100,0	21,2	67,0	11,8	100,0
Santana	16,0	71,0	13,0	100,0	15,4	64,4	20,2	100,0	15,7	67,6	16,7	100,0
Tucuruvi	19,6	65,9	14,5	100,0	15,8	64,8	19,4	100,0	17,5	65,3	17,2	100,0
Santo Amaro	**18,9**	**67,7**	**13,4**	**100,0**	**15,7**	**67,6**	**16,7**	**100,0**	**17,2**	**67,6**	**15,2**	**100,0**
Campo Belo	17,4	66,9	15,7	100,0	14,3	67,1	18,6	100,0	15,7	67,0	17,3	100,0
Campo Grande	22,1	68,2	9,7	100,0	18,9	68,8	12,3	100,0	20,4	68,5	11,1	100,0
Santo Amaro	15,3	67,6	17,1	100,0	12,0	66,4	21,6	100,0	13,5	66,9	19,6	100,0
São Mateus	**30,0**	**64,4**	**5,6**	**100,0**	**27,8**	**65,5**	**6,7**	**100,0**	**28,8**	**65,0**	**6,2**	**100,0**
Iguatemi	32,3	63,8	3,9	100,0	30,3	65,0	4,7	100,0	31,3	64,4	4,3	100,0
São Mateus	27,3	65,5	7,2	100,0	25,0	66,1	8,9	100,0	26,1	65,8	8,1	100,0
São Rafael	31,1	63,8	5,1	100,0	29,0	65,1	5,9	100,0	30,1	64,4	5,5	100,0
São Miguel	**30,3**	**63,6**	**6,1**	**100,0**	**28,2**	**64,2**	**7,6**	**100,0**	**29,3**	**63,9**	**6,8**	**100,0**
Jardim Helena	31,6	63,1	5,3	100,0	29,8	63,7	6,5	100,0	30,7	63,4	5,9	100,0
São Miguel	27,1	64,1	8,8	100,0	24,7	64,2	11,1	100,0	25,9	64,1	10,0	100,0
Vila Jacuí	31,1	63,8	5,1	100,0	29,0	64,6	6,4	100,0	30,0	64,2	5,8	100,0
Sé	**16,2**	**70,1**	**13,7**	**100,0**	**12,8**	**67,1**	**20,1**	**100,0**	**14,4**	**68,4**	**17,2**	**100,0**
Bela Vista	15,1	72,5	12,4	100,0	11,8	68,7	19,5	100,0	13,2	70,4	16,4	100,0
Bom Retiro	21,8	65,3	12,9	100,0	17,1	63,9	19,0	100,0	19,3	64,6	16,1	100,0
Cambuci	18,9	65,0	16,1	100,0	14,4	62,3	23,3	100,0	16,4	63,5	20,1	100,0
Consolação				100,0				100,0				100,0

	12,7	69,4	17,9		9,3	66,7	24,0		10,7	67,9	21,4	
Liberdade	17,6	69,4	13,0	100,0	13,8	67,7	18,5	100,0	15,5	68,4	16,1	100,0
República	14,0	74,4	11,6	100,0	13,0	69,3	17,7	100,0	13,5	71,7	14,8	100,0
Santa Cecília	16,1	69,5	14,4	100,0	12,6	66,2	21,2	100,0	14,1	67,7	18,2	100,0
Sé	20,0	70,4	9,6	100,0	16,9	70,0	13,1	100,0	18,3	70,2	11,5	100,0
Socorro	**30,1**	**65,1**	**4,8**	**100,0**	**27,7**	**66,1**	**6,2**	**100,0**	**28,8**	**65,7**	**5,5**	**100,0**
Cidade Dutra	28,1	65,9	6,0	100,0	25,3	67,0	7,7	100,0	26,6	66,5	6,9	100,0
Grajaú	32,0	64,6	3,4	100,0	30,2	65,5	4,3	100,0	31,1	65,0	3,9	100,0
Socorro	19,2	67,2	13,6	100,0	16,2	67,6	16,2	100,0	17,6	67,5	14,9	100,0
Tremembé/Jaçanã	**27,1**	**64,7**	**8,2**	**100,0**	**24,1**	**64,9**	**11,0**	**100,0**	**25,5**	**64,8**	**9,7**	**100,0**
Jaçanã	26,2	64,2	9,6	100,0	22,7	64,3	13,0	100,0	24,3	64,3	11,4	100,0
Tremembé	27,5	64,9	7,6	100,0	24,9	65,2	9,9	100,0	26,1	65,1	8,8	100,0
Vila Maria/Vila Guilherme	**23,6**	**65,1**	**11,3**	**100,0**	**20,5**	**64,7**	**14,8**	**100,0**	**22,0**	**64,8**	**13,2**	**100,0**
Vila Guilherme	19,6	65,7	14,7	100,0	16,3	64,2	19,5	100,0	17,8	64,9	17,3	100,0
Vila Maria	25,0	64,7	10,3	100,0	22,4	64,2	13,4	100,0	23,6	64,5	11,9	100,0
Vila Medeiros	23,7	65,2	11,1	100,0	20,5	65,3	14,2	100,0	22,0	65,3	12,7	100,0
Vila Mariana	**16,0**	**68,8**	**15,2**	**100,0**	**12,2**	**67,2**	**20,6**	**100,0**	**13,9**	**67,9**	**18,2**	**100,0**
Moema	15,1	69,8	15,1	100,0	11,7	69,2	19,1	100,0	13,2	69,4	17,4	100,0
Saúde	16,8	67,8	15,4	100,0	13,2	66,2	20,6	100,0	14,8	66,9	18,3	100,0
Vila Mariana	15,6	69,2	15,2	100,0	11,6	67,1	21,3	100,0	13,3	68,0	18,7	100,0
Vila Prudente/Sapopemba	**25,4**	**65,5**	**9,1**	**100,0**	**22,8**	**65,7**	**11,5**	**100,0**	**24,0**	**65,7**	**10,3**	**100,0**
São Lucas	22,6	65,7	11,7	100,0	19,9	65,9	14,2	100,0	21,2	65,8	13,0	100,0
Sapopemba	28,2	65,2	6,6	100,0	25,8	66,0	8,2	100,0	27,0	65,6	7,4	100,0
Vila Prudente	21,0	66,2	12,8	100,0	17,9	64,8	17,3	100,0	19,4	65,4	15,2	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000; Fundação Seade.

Nota: População em 1º de julho.

1.6 Índice de velhice e de dependência econômica

O envelhecimento populacional é, hoje, um proeminente fenômeno mundial. Isto significa um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos demais grupos etários. No caso brasileiro, pode ser exemplificado por um aumento

da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional de 4% em 1940 para 8% em 1996. Além disso, a proporção da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada idosa também está envelhecendo. Isso leva a uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso.

O crescimento relativamente mais elevado do contingente idoso é resultado de suas mais altas taxas de crescimento, em face da alta fecundidade prevalecente no passado comparativamente à atual e à redução da mortalidade. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a queda da mortalidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade.

Apesar de os dois processos responsáveis pelo aumento da longevidade terem sido resultado de políticas e incentivos promovidos pela sociedade e pelo Estado e do progresso tecnológico, as suas conseqüências têm sido vistas, em geral, com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, os setores produtivos e as famílias.

Por exemplo, em 1994 um documento do Banco Mundial afirmava que o aumento da expectativa de vida ao nascer e o declínio da fecundidade nos países em desenvolvimento estão provocando a “crise da velhice”. Esta é traduzida por uma pressão nos sistemas de previdência social a ponto de pôr em risco não somente a segurança econômica dos idosos, mas também o próprio crescimento econômico.

As próprias ciências sociais se sentem desafiadas no seu papel de buscar uma compreensão para essa transformação, bem como de fornecer instrumental para avaliar o seu impacto nas condições de vida, nas políticas públicas etc.

Em 1998, a situação do idoso brasileiro em termos de renda era bem melhor do que em 1981. É a sua maior renda, relativamente à dos mais jovens, que lhe tem propiciado uma capacidade maior de oferecer suporte familiar. Dentre os idosos brasileiros, menos de 12% não tinham nenhuma renda em 1998. Essa proporção foi bem menor do que a observada em 1981, quando fora de 21%. Essa redução se deve ao aumento das mulheres com algum rendimento. Os diferenciais entre os sexos na proporção mencionada já foram também bem expressivos. Em 1981, 2,5% dos homens idosos não tinham nenhum rendimento e entre as mulheres, a proporção referida foi de 37,4%. Em 1998, a proporções de mulheres sem rendimento atingiu 18,1%. A variação mais expressiva se deu na proporção de mulheres que recebiam mais de um salário mínimo; esta passou de 15,3% em 1981 para 34,4% em 1998. A proporção de famílias que continham idosos consideradas pobres e indigentes decresceu de 40% para 20%. Em 1998, a proporção de famílias pobres e indigentes nas famílias que continham idosos era

menor do que nas que não continham. Essa melhoria não ocorreu de forma linear no tempo.

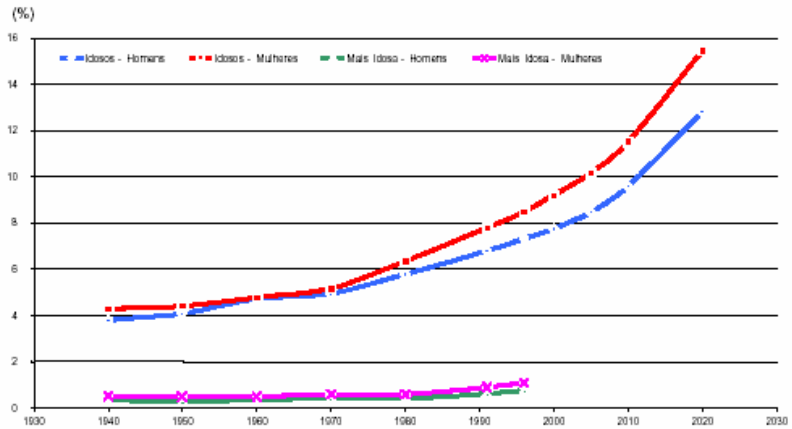
O que parece foi ter havido uma piora entre 1981 e 1987 e uma melhora nos últimos 10 anos analisados. Essa melhora é resultado da univerzalização da seguridade social, da ampliação da cobertura da previdência rural e da legislação da assistência social estabelecidas pela Constituição de 1988, que garante aos idosos carentes maiores de 70 anos um salário mínimo mensal.

A renda do idoso depende, principalmente, dos benefícios previdenciários, cuja contribuição tem aumentado no tempo para ambos os sexos. A participação da renda do trabalho na renda do idoso não se alterou muito no tempo. Por outro lado, a importância da renda de aposentadoria cresceu no tempo; isso se deu em detrimento da participação das outras rendas e foi observado em ambos os sexos. A composição da renda das mulheres deve estar refletindo um efeito coorte, ou seja, o aumento da participação no mercado de trabalho das coortes mais jovens em décadas anteriores. No caso da renda das mulheres, aumentou a contribuição das pensões.

1.6.1 Evolução da proporção de idosos

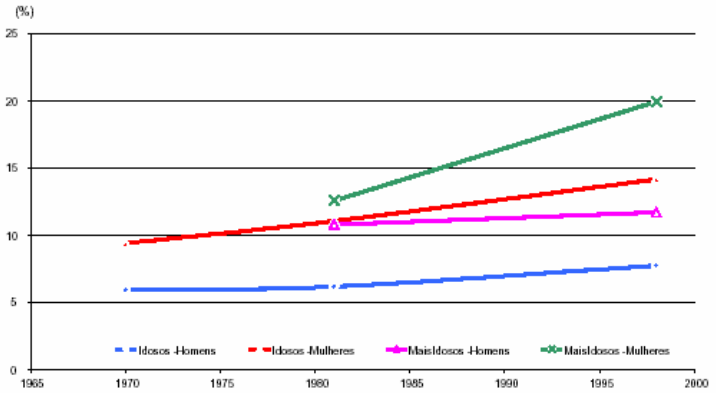
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA CONTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA

Gráfico 1
Evolução da Proporção de Idosos e mais Idosos na População Brasileira por Sexo — 1920-2020



Fontes: IBGE, vários censos demográficos. Projeções populacionais IPEA.

Gráfico 2
Proporção de Idosos e "Mais Idosos" Morando Sozinhos por Sexo — Brasil, 1970, 1981 e 1998



Fontes: IBGE, Censo Demográfico de 1970, e PNADs de 1981 e 1998. Tabulações especiais IPEA.

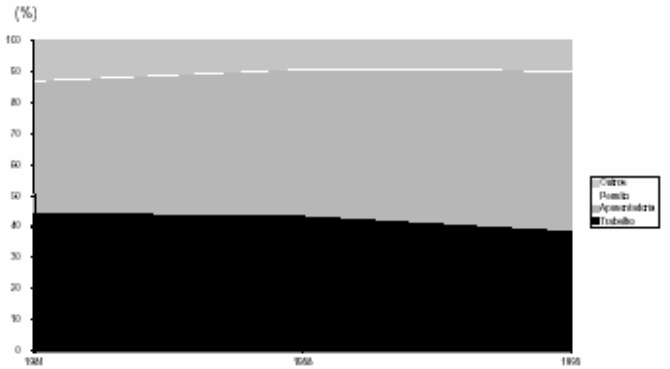
1.6.2 Proporção da Renda Familiar que depende do Idoso

Tabela 4
Proporção da Renda Familiar que Depende do Idoso por Condição de Chefia e Sexo — Brasil, 1998

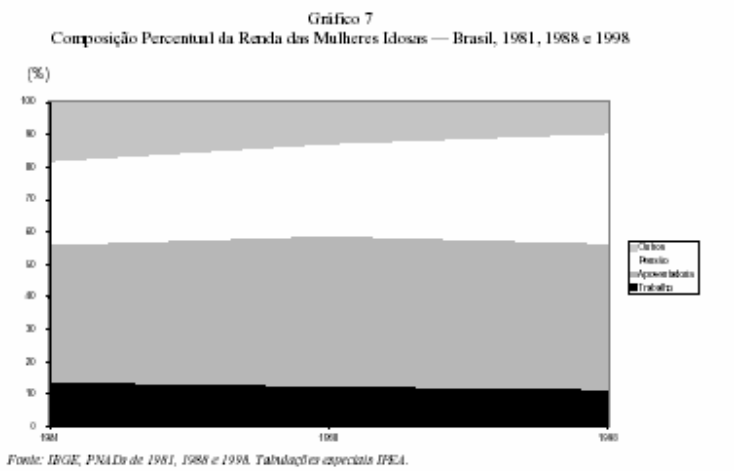
Condição na Chefia	Homens	Mulheres	Total
Chefes Idosos	66,2	69,9	67,6
Idosos não-Chefes	35,5	24,1	25,4
Total	63,5	43,7	52,5

Fonte: IBGE, PNAD de 1998. Tabulações especiais IPEA.

Gráfico 6
Composição Percentual da Renda dos Homens Idosos — Brasil, 1981, 1988 e 1998



Fonte: IBGE, PNADs de 1981, 1988 e 1998Tabulações especiais IPEA.



Já foi observado que a importância da renda proveniente da aposentadoria cresce com a idade. Em 1997, para a população masculina, as aposentadorias contribuíram com aproximadamente 46% da renda dos que tinham de 60 a 64 anos e 82% dos rendimentos da população maior de 80 anos. O peso relativo da renda das aposentadorias é menor entre as mulheres do que entre os homens.

Mas, se se adicionar as pensões que são também muito importantes na renda delas, os dois tipos de benefícios foram responsáveis por 89% da renda das mulheres de 60 a 64 anos e 98% das que tinha mais de 80 anos.

1.7 Estrutura das famílias no município de São Paulo

O município de São Paulo concentra o maior nível de riqueza do país e, naturalmente, detém as características associadas a um padrão de vida mais elevado.

É por esse motivo que, apesar da enorme disparidade de renda existente entre os habitantes da região - de um lado, os muitos ricos e, de outro, os muito pobres - os seus indicadores "médios" refletem, quase sempre, patamares elevados e, não raro, pouco esclarecedores, se não forem analisados com maior profundidade. Além do mais, a qualidade de vida e parte dos indicadores sociais revelam um quadro de dramática desigualdade frente ao nível de desempenho econômico do município.

É claro que a realidade expressa por essa "média" reflete a contribuição dos "mais ricos" - com forte presença na região - e de uma ampla classe média, que coexistem com os pobres e miseráveis. Se de um lado São Paulo é, de fato, uma região com um padrão de vida mais elevado para o conjunto da sua população, de outro, a elevada dispersão que se verifica na distribuição de renda de seus habitantes acaba por encobrir, nas medidas estatísticas mais

abrangentes, o seu lado mais desvalido, pobre e cinza e o contraste entre as diferentes nuances presentes nas condições de vida de sua gente.

Além do mais, ao lado da pujança econômica da região, a sua concentração urbana é tão elevada que, quando se afirma que apenas "4,3%" residem em quartos ou cômodos, conforme se informa adiante, como se esse fosse um percentual de baixo significado social e analítico, não se pode esquecer que representa, em valores absolutos, o elevado número de 122.817 famílias ou 466.705 pessoas, um contingente superior ao da maioria da população das cidades brasileiras. Da mesma forma, ao se analisar os dados através de estratos de renda, tornando-os mais homogêneos, se observará a diversidade que existe entre os seus indicadores e, assim, dos diferentes orçamentos familiares.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 1994/95 captou essa realidade de padrões de vida contrastantes: realidades típicas de regiões bem desenvolvidas (tanto os positivos como aqueles próprios de uma megalópole do porte de São Paulo) que coexistem com outros de extrema pobreza e degradação familiar.

Como já se informou, nas pesquisas de orçamento doméstico anteriormente realizadas pelo DIEESE, foi apurado, em detalhes, o padrão de vida dos assalariados, uma vez que a presença da indústria no município de São Paulo era mais marcante. Hoje, tanto pelas mudanças do mercado do trabalho, em função da precarização dos postos de trabalho e do alto desemprego, como também pela própria evolução do perfil da cidade - cada vez mais uma grande prestadora de serviços -, o modo de vida de sua população e a reprodução da força de trabalho sofreram expressivas mudanças.

A forte associação entre a renda familiar auferida e o padrão de vida usufruído pelas famílias provoca especial interesse para a análise dos dados sobre rendimentos e exemplifica a extrema diversidade que a "média" engloba. O rendimento médio familiar total , no município de São Paulo, equivaleu a 13,5 salários mínimos, em junho de 1996, mês base da pesquisa, representando R$ 1.365,00, em valores da época.

Apesar de essa média global não ser baixa, a concentração de renda é extrema na região. Como mostra o quadro abaixo, 9,8% das famílias recebem mais de trinta salários mínimos, enquanto 10,5% ganham abaixo de três salários, sendo que 29,7% delas recebem entre cinco e menos de dez mínimos.

1.7.1 Rendimento familiar médio total

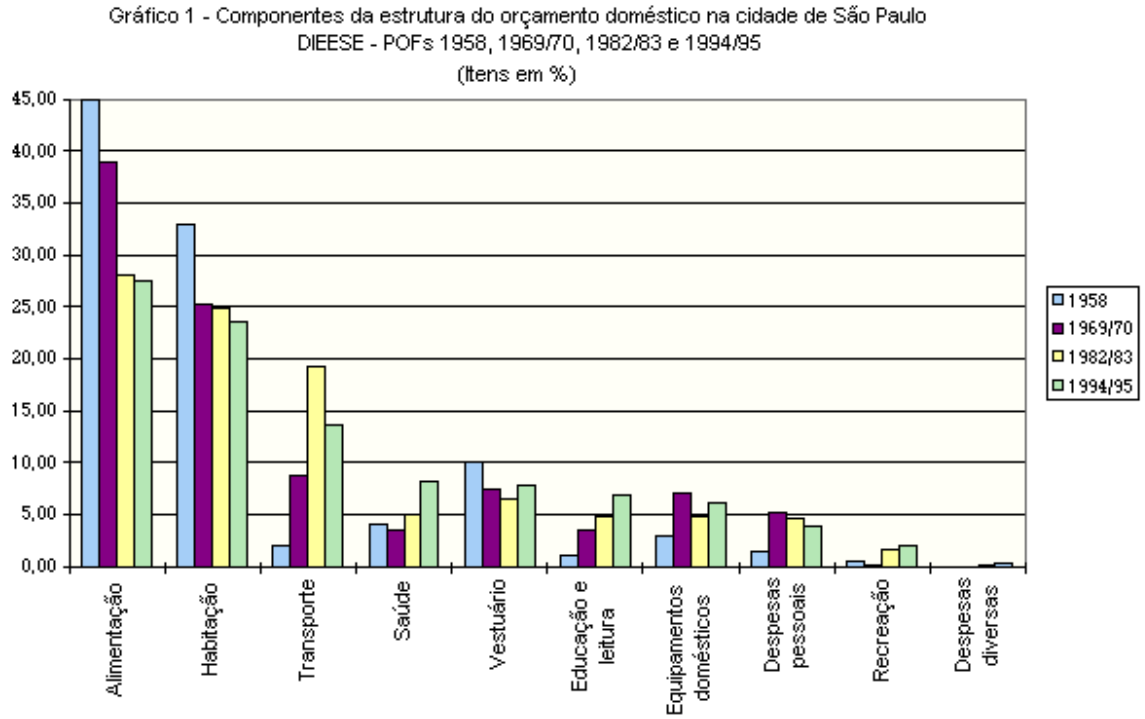
Rendimento familiar médio total - Município de São Paulo dezembro de 1994 a novembro de 1995	
Rendimento familiar total (em salários mínimos)	**%**
menos de 3	10,5

de 3 a menos de 5	14,3
de 5 a menos de 10	29,7
de 10 a menos de 15	17,3
de 15 a menos de 20	9,0
de 20 a menos de 30	9,3
de 30 e mais	9,8
Média em salários mínimos	13,5

Fonte: DIEESE - POF 1994/95.
Nota: salário mínimo na data da pesquisa.

No gráfico, a seguir, pode-se verificar o perfil da distribuição de renda revelado pela pesquisa. A "Curva de Lorenz" indica, ao longo da linha reta, a distribuição perfeitamente equitativa da renda, em que para cada ponto percentual da população corresponde igual parcela da renda. A situação real está demonstrada na curva e, quanto mais esta se afaste da reta "ótima", maior será a distorção na distribuição da riqueza entre a população. Conforme se observa, 50% das famílias mais pobres tocam em menos de 19% da renda , enquanto os 10% mais ricos detêm 35% e o 1% mais ricos se apropria de 7% da renda.

1.7.2 Componentes da estrutura do orçamento doméstico



O rendimento familiar per capita, também expresso em salários mínimos do mês da pesquisa (junho de 1996), proporciona uma medida estatística melhor para a análise da renda familiar e demonstra, ainda, o elevado grau de

disparidade da distribuição de renda. Apesar de a renda per capita média ser de 4,3 salários para o total do município, 3,8% das famílias (em dados absolutos, cerca de 108 mil famílias, ou 412 mil pessoas) apresentam menos de meio salário mínimo para cada membro da família garantir a sua sobrevivência; 10% delas, de meio a menos de 1 salário (cerca de 285 mil famílias, ou 1.085.000 pessoas). Mas o que se destaca é que 55,5% das famílias ganham menos de três salários mínimos per capita. No extremo superior da distribuição, 9,3% delas têm um valor per capita superior a dez salários.

1.7.3 Rendimento familiar médio per capita

Rendimento familiar médio per capita - Município de São Paulo dezembro de 1994 a novembro de 1995		
Rendimento familiar per capita (em SM)	**em %**	**% acumulado**
menos de 0,5	3,8	3,8
de 0,5 a menos de 1	10,0	13,8
de 1 a menos de 1,5	12,5	26,3
de 1,5 a menos de 2	12,4	38,7
de 2 a menos de 3	16,8	55,5
de 3 a menos de 5	19,3	74,8
de 5 a menos de 10	15,9	90,7
de 10 a menos de 15	5,2	95,9
de 15 e mais	4,1	100,0
média em salários mínimos	4,3	-

Fonte: DIEESE - POF 1994/95.
Nota: salário mínimo na data da pesquisa.

1.7.4 As famílias que habitam São Paulo

Do total de famílias que residem no município de São Paulo, 77,2% moram em casa térrea ou sobrado, com um número médio de 3,8 cômodos. Bem servidas de alguns serviços públicos, como energia elétrica e água encanada (cobertura domiciliar de 98,6% e 98,8%, respectivamente) e coleta de lixo (95%), não conseguem, em contrapartida, utilizar o telefone com a mesma facilidade com que acendem a luz de sua residência, uma vez que apenas 38,9% dos domicílios contam com serviço telefônico.

Se, de um lado, somente 14,1% das famílias paulistanas residem em apartamento - condição de moradia altamente relacionada aos níveis mais elevados de renda - de outro, 4,3% moram em quarto ou cômodo e, em igual proporção, em cortiço ou barraco.

O tamanho médio da família paulistana é de 3,8 pessoas por família, mas 7,5% delas são unipessoais e cerca de 30% se constituem de cinco ou mais pessoas. A pesquisa apurou também que há maior predominância (36,6%) das famílias com dois filhos (média de 2,2 filhos por família), seguidas de perto de

perto por aquelas com apenas um filho (32,8%), sendo que um quarto das famílias não os tem.

O papel de "chefe de família" é exercido por 26,6% do total de moradores. Os cônjuges representam 18,6% da população, 43,1% são filhos; 11,6% dos residentes são "outros parentes" e agregados. Esses resultados podem ajudar a entender melhor os tipos de família predominantes na região.

Apesar do predomínio da chamada família nuclear (58,8%), formada pelo casal e filho(s), o segundo tipo mais freqüente de composição familiar é aquele em que o chefe não reside com o respectivo cônjuge (30,1%), ou seja, são solteiros, viúvos ou separados. Nas famílias com essa característica (chefes isolados, desacompanhados de companheiras ou companheiros) desponta outro elemento diferenciador segundo o gênero: a proporção de chefes mulheres (23,9%) é muito mais elevada que a chefia masculina (6,2%).

Em média, 1,9 pessoa por família contribui para a geração da renda familiar, mas, em 42,3% das famílias, somente uma pessoa exerce esse papel, seguidas de perto pela relação de duas pessoas por família (38,4%).

1.7.5 Perfil da família padrão por extrato de renda

A partir de alguns dados analisados, se poderia definir a família padrão do município de São Paulo pelo critério da maior freqüência. Assim, teria como principais características a residência em casa própria - que há muito deixou de ser indicativa de padrão de vida mais elevado - de quatro cômodos, com atendimento dos serviços básicos urbanos mais comuns (água encanada, energia elétrica e coleta de lixo); seria constituída pela família de tipo nuclear - casal com filhos - composta de 3,8 pessoas por família, sendo que 1,9 pessoa, por família, contribuiria para a renda familiar. A chefia dessa família seria predominante assalariada (46,1%), masculina (76%), com o chefe na faixa etária entre 30 e 49 anos, possuindo apenas educação primária completa ou incompleta (34,7%).

Na análise desses mesmos dados com as famílias divididas por tercis - 33% delas com as menores rendas (estrato inferior), seguidas pelas dos dois subseqüente (estratos intermediário e superior), observam-se diferenças significativas.

A caracterização das famílias do estrato inferior, em particular, é socialmente muito importante, pois é aí que se insere o núcleo básico da pobreza e miséria e a sua reprodução. Notam-se diferenças marcantes, todas elas correlacionadas, quanto ao chefe de família dos diferentes estratos: concentração em determinada faixa etária, grau de escolaridade, estado civil, número de pessoas que contribui para a renda familiar, entre outros aspectos, são bem divergentes.

Em primeiro lugar, verifica-se entre as famílias com menor renda familiar uma forte presença de chefes nos extremos da distribuição etária, ou seja, 26,5% deles possuem 60 anos e mais de idade, seguindo-se os mais jovens (19,4% entre 15 e 29 anos). No no estrato superior, ao contrário, a maior concentração (28,6%) é a de chefes entre 40 e 49 anos.

Um segundo aspecto que se observa diz respeito à brutal difrença do nível educacional entre as famílias. Neste caso, trata-se de um indicador mais evidente para explicar um baixo padrão de vida e a sua reprodução. Nota-se que 10,4% não possuem nenhuma instrução e 25% só o primário incompleto, ou seja, enquanto um quarto dos chefes de família do estrato superior tem grau universitário, cerca de 50,6% deles do estrato inferior, excluídos os sem instrução, concluiu somente o antigo primário (1° a 4° séries).

1.7.5.1 Instrução do chefe da família por estrato de renda

Instrução do chefe de família por estrato de renda - Município de São Paulo dezembro de 1994 a novembro de 1995 - (em %)				
Instrução do chefe	**Total**	**Estrato 1 (média R$ 377)**	**Estrato 2 (média R$ 934)**	**Estrato 3 (média R$ 2.782)**
Sem instrução	**5,8**	10,4	(-)	(-)
Primário incompleto	**15,4**	24,6	14,2	(-)
Primário completo	**19,3**	26,0	16,9	14,9
Ginásio incompleto	**14,2**	17,8	16,6	(-)
Ginásio completo	**13,4**	(-)	15,1	15,3
Colegial incompleto	**4,5**	(-)	(-)	(-)
Colegial completo	**12,7**	(-)	14,0	16,9
Superior incompleto	**3,6**	(-)	(-)	7,5
Superior completo	**11,1**	(-)	(-)	25,4

(-): A amostra não comporta desagregação para essa categoria.
Fonte: DIEESE - POF1994/95.

Para se ter uma idéia da magnitude dessa informação, basta comparar a renda individual de todos que a auferem, com o respectivo grau de instrução, através dos mesmos dados da POF 1994/95. Observa-se que, a cada ciclo escolar concluído (antigo primário, ginásio ou colégio), há um aumento de cerca de 44% da renda individual em relação ao ciclo escolar imediatamente anterior. Se se considera o nível universitário, o diferencial é ainda mais elevado em relação ao colegial: 64% para os homens, 82% para as mulheres e 66% para o conjunto da população que tem renda.

Os dados sobre o rendimento familiar médio total segundo os estratos também mostram a elevada diferença que existe entre os patamares. Apesar de a renda média das famílias paulistanas apresentar um valor médio de R$ 1.365,48, a média para o estrato 1 é de cerca de R$ 377,40, a do 2, R$ 934,17, e a do 3, R$ 2.782,90, sempre em valores de junho de 1996.

Como se vê, a média do segundo estrato é 147% superior à do primeiro; a do estrato superior é 198% mais elevada que a do estrato médio e está 637% acima da registrada no estrato 1. Ao relacionar o grau de instrução do chefe de domicílio com o rendimento familiar médio total, a diferença é ainda mais evidente: os chefes das famílias do estrato 3, com curso superior completo, pertencem a domicílios com renda média de R$ 3.487,00, ou seja, 10,1 vezes superior à média daqueles com chefes sem instrução (R$ 344,00).

1.7.5.2 Rendimento familiar médio total segundo instrução do chefe de família

Rendimento familiar médio total segundo instrução do chefe de família Município de São Paulo - dezembro de 1994 a novembro de 1995 - (em R$)				
Grau de instrução do chefe	**Total R$ 1.365,48**	**Estrato 1 R$ 377,40**	**Estrato 2 R$ 934,17**	**Estraro 3 R$ 2.782,90**
Sem instrução	**683,00**	344,00	(-)	(-)
Primário incompleto	**820,00**	368,00	884,00	(-)
Primário completo	**1.091,00**	367,00	936,00	2.511,00
Ginásio incompleto	**1.046,00**	399,00	900,00	(-)
Ginásio completo	**1.336,00**	(-)	968,00	2.292,00
Colegial incompleto	**1.127,00**	(-)	(-)	(-)
Colegial completo	**1.677,00**	(-)	965,00	2.821,00
Superior incompleto	**2.278,00**	(-)	(-)	2.855,00
Superior completo	**2.870,00**	(-)	(-)	3.487,00

Nota: rendimento a preços de junho/96; deflator INPC/SP - IBGE.
(-): A amostra não comporta desagregação para essa categoria.
Fonte: DIEESE - POF 1994/95.

Uma das características mais marcantes do estrato 1, como se viu anteriormente, é a alta concentração de chefes mais idosos - mais de um quarto deles possuem 60 anos e mais de idade. Apesar de o serviço de educação ser insuficiente, face à elevada repetência, baixa qualidade e reduzido período de permanência do aluno na escola, nos último anos houve um significativo aumento do ingresso de estudantes no sistema escolar. O mesmo não se observou no caso das gerações mais idosas, que apresentam, geralmente, baixo nível de

escolaridade. Assim, torna-se evidente, portanto, a correlação entre baixa escolaridade, pobreza e idade.

Observa-se como há uma alta proporção de chefes aposentados ou pensionistas (30,7%) no estrato 1, pouco inferior à dos chefes assalariados (38,9%). O estrato superior, ao contrário, apresenta uma proporção bem inferior de aposentados ou pensionistas (17,6%) e maior concentração de assalariados (45,7%), sendo 34,6% oriundos do setor privado e 11,1% do setor público.

Apesar de as famílias pouco se diferenciarem segundo o tamanho médio ou o número médio de filhos, o maior destaque fica por conta do número de pessoas que contribuem para o rendimento familiar. Na média, 1,5 pessoa aufere renda nas famílias do estrato inferior, contra 2,2 pessoas do estrato superior. Enquanto somente uma pessoa possui renda para 58% das famílias do estrato inferior, essa proporção é de apenas 28,8% para o estrato superior. A diferença é menor no caso de duas pessoas por família (35,4% e 40%, nos estratos inferior e superior, respectivamente), mas aumenta significativamente para os casos de três ou mais pessoas por família: 5,7% e 31,2%, a primeira no estrato inferior e a segunda no superior.

Esses dados, naturalmente, revelam famílias com perfis muito distintos. Assim, apesar da predominância da família nuclear em todos os estratos, ela é muito mais elevada para o estrato superior (64%) do que para o inferior (51%). Ao mesmo tempo, enquanto 36,3% delas, no estrato inferior, possuem chefe sem o respectivo cônjuge, apenas 14,6% do superior apresentam essa mesma situação. E isso não só por uma maior presença de viúvas (19%), no caso do estrato inferior, mas também de desquitados e separados (cerca de 10%).

Essas características conferem ao estrato inferior um padrão de sobrevivência familiar mais baixo, tanto no plano social como no econômico. Parte dessas famílias são núcleos familiares desamparados e com maior grau de desagregação familiar, em que a presença de crianças é grande, tanto com a tarefa de cuidar do próprio domicílio como de gerar parte da renda familiar. Ao mesmo tempo, principalmente quando possuem um número maior de pessoas no núcleo familiar, não raro com chefia feminina e/ou idosa ou muito jovem e com baixa escolaridade, ficam à margem da sociedade de consumo. A não ser que sejam amparadas pela sociedade através das políticas sociais, do crescimento da economia e do nível do sistema de educação, acabam por perpetuar o ciclo da pobreza.

1.7.5.3 Tipos de Família

DIEESE - POF 1994/95				
	Total	**Estrato 1 (média R$ 377)**	**Estrato 2 (média R$ 934)**	**Estrato 3 (média R$ 2.782)**
Tipos de família (1)	**%**	**%**	**%**	**%**
Nuclear	**58,8**	51,2	60,5	64,5
Expandida	**11,1**	(-)	12,8	14,5
"Quebrada" com chefia feminina	**23,9**	36,3	20,8	14,6
"Quebrada" com chefia masculina	**6,2**	(-)	(-)	(-)
Tamanho médio da família	**3,8**	3,3	3,9	4,0
Número médio de filhos (2)	**2,2**	2,1	2,2	2,1
% de famílias sem filhos	**25,1**	35,0	22,7	17,7
Renda familiar	**R$**	**R$**	**R$**	**R$**
Média	**1.365,48**	377,40	934,17	2.782,90
Família nuclear	**1.507,00**	387,00	927,00	2.937,00
Família expandida	**1.598,00**	(-)	968,00	2.631,00
"Quebrada" com chefia feminina	**960,00**	353,00	949,00	2.480,00
"Quebrada" com chefia masculina	**1.161,00**	(-)	(-)	(-)
Número médio de pessoas que contribui para a renda familiar	**1,9**	1,5	1,9	2,2
Estado civil do chefe	**%**	**%**	**%**	**%**
Solteiro	**11,2**	11,7	11,6	10,3
Casado (formal e informal)	**70,2**	59,6	73,3	77,6
Separado	**6,8**	9,6	(-)	(-)
Viúvo	**11,8**	19,0	9,9	(-)

Idade do chefe	%	%	%	%
15 a 29 anos	**14,1**	19,4	14,8	8,1
30 a 39 anos	**24,4**	20,3	27,4	25,6
40 a 49 anos	**24,7**	19,5	25,9	28,6
50 a 59 anos	**17,0**	14,2	15,3	21,3
60 anos e mais	**19,9**	26,5	16,6	16,4

(-): A amostra não comporta desagregação para esta categoria.
Notas:
(1) Denomina-se família nuclear aquela constituída por casal mais filhos. Quando, além destes, houver parentes ou agregados, ela é definida como expandida; a "quebrada" refere-se ao chefe que a exerce, sem a companhia do respectivo cônjuge.
(2) Somente para as famílias com filhos.

1.8 Casamentos

Idade Média ao Casar, por Sexo, segundo Subprefeituras

Município de São Paulo

2000

Em anos

Subprefeituras	Homens	Mulheres
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**31,0**	**28,6**
Aricanduva	30,5	28,7
Butantã	31,6	29,2
Campo Limpo	31,1	28,5
Casa Verde/Cachoeirinha	30,9	29,1
Cidade Ademar	31,5	29,3
Cidade Tiradentes	30,4	27,4
Ermelino Matarazzo	30,8	28,3
Freguesia/Brasilândia	30,4	28,2
Guaianases	30,3	28,2
Ipiranga	31,5	28,4
Itaim Paulista	30,6	28,0
Itaquera	30,6	28,1
Jabaquara	30,7	28,9
Lapa	31,5	29,4
M'Boi Mirim	31,4	29,1
Moóca	31,3	29,0
Parelheiros	29,3	26,9
Penha	31,0	28,4
Perus	29,5	27,1
Pinheiros	32,9	30,8
Pirituba	30,0	27,9

Santana/Tucuruvi	31,9	28,9
Santo Amaro	31,8	30,2
São Mateus	30,0	27,5
São Miguel	30,7	28,9
Sé	33,0	29,5
Socorro	30,7	28,7
Tremembé/Jaçanã	30,8	28,9
Vila Maria/Vila Guilherme	31,5	29,6
Vila Mariana	32,5	30,1
Vila Prudente/Sapopemba	30,4	28,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade.

1.9 Taxas de Migração

1.9.1 População segundo condição de Migração

População, segundo Condição de Migração (1)
Município de São Paulo
1995/2000

Condição de Migração	Nº Abs.	%
População Total	**10.435.546**	**100,0**
Não-migrantes	9.902.100	94,9
Migrantes	533.446	5,1
Outros Municípios do Estado de São Paulo	123.502	1,2
Outros Estados	409.944	3,9

Fonte: IBGE; Fundação Seade.
(1) Foram considerados migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade, cuja UF de residência em uma data fixa (definida pelo Censo) era distinta daquela em que residiam no momento do Censo. Essa data fixa correspondeu a 31/07/1995.
de 2000 essa data fixa correspondeu a 31/07/1995.

1.9.2 Migrantes residentes segundo local de Origem

Migrantes Residentes, segundo Local de Origem (1)
Município de São Paulo
1995/2000

Local de Origem	Nº Abs.	%

Total de Migrantes	**533.446**	**100,0**
Outros Municípios do Estado de São Paulo	**123.502**	**23,2**
Outros Estados Brasileiros	**409.944**	**76,8**
Região Norte	**9.270**	**2,3**
Acre	238	0,1
Amapá	310	0,1
Amazonas	1.361	0,3
Pará	4.883	1,2
Rondônia	1.316	0,3
Roraima	177	0,0
Tocantins	985	0,2
Região Nordeste	**294.514**	**71,8**
Alagoas	21.774	5,3
Bahia	120.760	29,5
Ceará	30.680	7,5
Maranhão	13.849	3,4
Paraíba	22.045	5,4
Pernambuco	52.851	12,9
Piauí	17.351	4,2
Rio Grande do Norte	8.431	2,1
Sergipe	6.773	1,7
Região Sudeste	**57.329**	**14,0**
Espírito Santo	3.320	0,8
Minas Gerais	38.656	9,4
Rio de Janeiro	15.353	3,7
Região Sul	**27.466**	**6,7**
Paraná	16.506	4,0
Rio Grande do Sul	6.443	1,6
Santa Catarina	4.518	1,1
Região Centro Oeste	**14.072**	**3,4**
Distrito Federal	3.180	0,8
Goiás	4.421	1,1
Mato Grosso	2.924	0,7
Mato Grosso do Sul	3.548	0,9
Brasil sem Especificação	**7.293**	**1,8**

Fonte: IBGE; Fundação Seade**.**

(1) Foram considerados migrantes as pessoas com mais de cinco anos de idade, cuja UF de residência em uma data fixa (definida pelo Censo) era distinta daquela em que residiam no momento do Censo. Essa data fixa correspondeu a 31/07/1995.

1.9.3 Estatísticas gerais: Imigrantes e descendentes

Alemães

Cerca de 400.000 – na Grande São Paulo (alemães e descendentes) Fonte: Folheto São Paulo e a comunidade alemã. São Paulo, Consulado Geral da Alemanha,1995

Angolanos

Brasil = 40.000
Fonte: Roldão Arruda. Brasil entra na rota das grandes migrações. O Estado de São Paulo, 10/10/1997

Árabes

Brasil = 10.000.000 (estimativa – árabes e libaneses)

- 7.000.000 = libaneses e descendentes
- 3.000.000 = sírios

Fonte: Revista da Folha, ano 9, n. 488, 23 out. 2001, p.8
São Paulo (Município) = 1.000.000, incluindo descendentes
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Argentinos

Brasil = 20.823
São Paulo (Estado) = 9.735
São Paulo (Município) = 5.183
Fonte: Argentinos em Brasil, Clube Argentino Nuevos Aires, n. 30, fev. 2003.

Armênios

Brasil = 35.000 (95% de descendentes)
São Paulo (Estado) = 25.000
Fonte: Armênios fazem diáspora. Folha de São Paulo, 13/09/1998

Austríacos

São Paulo (Município) = 5.000, incluindo descendentes
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Bolivianos

Brasil = 100.000 (estimativa)
Fonte: Roldão Arruda. Brasil entra na rota das grandes migrações. O Estado de São Paulo, 10/10/1997. Cad. A

Chilenos

Brasil = 150.000 (estimativa)
Fonte: Roldão Arruda. Brasil entra na rota das grandes migrações. O Estado de São Paulo, 10/10/1997

Chineses

Brasil = 190.000
São Paulo = 120.000
Fonte: Dados do Consulado da China, 1997

Coreanos

São Paulo (Município) = 50.000, incluindo descendentes
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003
Brasil = 80.000
Fonte: Revista Veja, 23/09/1998, p.81–82

Cubanos

São Paulo (Município) = 700
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Escandinavos

São Paulo (Município) = 1.300
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Espanhóis

Brasil = 134.000
Estado de São Paulo = 101.000

Fonte: Souza, Marcos Moura de. Angústia da comunidade no Brasil. O Estado de S. Paulo, 12 mar. 2004, p.A20
1980 = 119.000 no Brasil – 86.000 em São Paulo (Estado)
Fonte: Censo brasileiro de 1980, citado no livro: Herbert S. Klein. Imigração espanhola no Brasil. São Paulo. Editora Sumaré, 1994, p.49
1980 = 57.369 – São Paulo (Estado)
Fonte: Atlas do SEADE

Franceses

São Paulo (Município) = 10.000
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Gregos

São Paulo (Município) = 50.000, incluindo descendentes
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Húngaros

Brasil = 50.000
Fonte: Vicentini, Tatiana. Penta tira o público do 1º Festival de Raízes. O Estado de São Paulo, 1/6/2002. Cad. C, p.3

Indianos

São Paulo (Município) = 300
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Italianos

Brasil (italianos e descendentes) = 22.753.000
Fonte: Jornal Ítalo Brasileiro, ano 1, n. 1, 1996, p.8, citando quadro divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores Italiano
Brasil (italianos e descendentes) = 25.000.000
Fonte: Presenza italiana in Brasile. Embaixada da Itália, 2000
São Paulo (Estado): italianos e descendentes = 6.000.000
Fonte: Estimativa do Consulado Italiano

Japoneses

Brasil = 1.168.000
Fonte: Dados do IBGE, 1987, 80% no Estado de São Paulo
São Paulo (Município) = 326.000, japoneses e descendentes, com projeção de 4% ao ano, talvez hoje seja 465.000
Estado de São Paulo = 1,4 milhão
Fonte: Levantamento da população de japoneses e descendentes residentes no

Brasil, entre 1887 e 1988, elaborado pelo Centro de Estudos Nipo–Brasileiros, citado no artigo Banzai Akihito, da Revista Já, do Diário Popular, 01/06/1997, p.17

Judeus

São Paulo (Município) = 60.000
Fonte: Vicentini, Tatiana. Penta tira o público do 1º Festival de Raízes. O Estado de São Paulo, 1/6/2002. Cad. C, p.3

Marroquinos

São Paulo (Município) = 150
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Paraguaios

Brasil = 60.000 (estimativa)
Fonte: Roldão Arruda. Brasil entra na rota das grandes migrações. O Estado de São Paulo, 10/10/1997

Palestinos

Brasil = 50.000 – palestinos e descendentes
Mais da metade encontra–se no Rio Grande do Sul
Fonte: Moura e Souza, Marcos de. Palestino naturalizado brasileiro enfrentou israelenses na Esplanada das Mesquitas. O Estado de São Paulo, 19/10/2000, p.22

Portugueses

Brasil = 1.000.000/1.200.000 (estimativa)
Fonte: Ferreira, Cristina. Portugal emigrante. Lusitano: Jornal dos Portugueses Residentes no Estrangeiro, 26/6/1998, p.2
São Paulo (Município) = 200.000
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Suíços

São Paulo (Município) = 3.662
Fonte: O que seria do nosso cardápio sem eles? Veja São Paulo, 5 fev. 2003

Ucranianos

Brasil = 300.000 (ucranianos e descendentes) : 90% no Paraná

Brasil

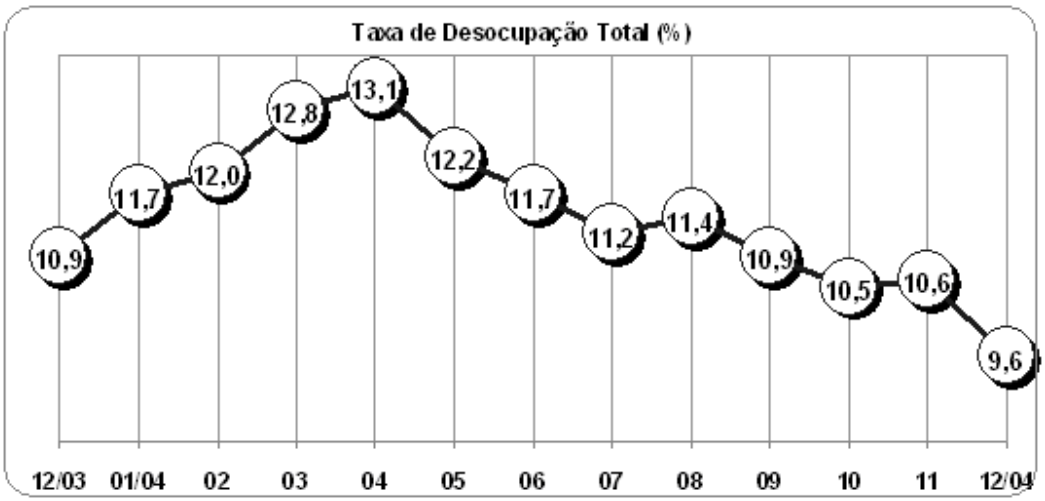
Do total da população:

- Espanhóis – 14,4%
- Italianos = 18,3%
- Japoneses = 1,1%
- Portugueses = 41,1%

1.10 Mercado de Trabalho

1.10.1 Taxa de desocupação

Taxa caiu 1,0 ponto percentual em relação a novembro e 1,3 ponto percentual em relação a dezembro de 2003. O número de empregados com carteira assinada no setor privado subiu 4,2%. O rendimento médio real do trabalhador caiu (-1,8%) em relação a novembro, mas recuperou-se (1,9%) em relação a dezembro de 2003. Taxa média de desocupação de 2004 ficou em 11,5%, contra 12,3% em 2003.



1.10.2 PESSOAS DESOCUPADAS (PD)

Em dezembro de 2004, estimou-se em, aproximadamente, 2,1 milhões o número de desocupados nas seis regiões investigadas pela Pesquisam Mensal de Emprego do IBGE. Houve queda de 10,8% em relação a novembro e de 10,1%, (aproximadamente 232 mil pessoas desocupadas) em relação a dezembro de 2003.

Regionalmente, em relação a novembro, houve estabilidade em Recife (-0,2%) e Salvador (-3,7%), e quedas em Belo Horizonte (-9,9%), Rio de Janeiro (-10,7%), São Paulo (-13,8%) e Porto Alegre (-15,3%). No confronto com dezembro de 2004, houve estabilidade em Recife (-7,5%), Salvador (1,8%) e Rio de Janeiro (2,1%) e quedas em Belo Horizonte (-17,1%), São Paulo (-16,2%) e Porto Alegre (-14,8%).

As mulheres continuam sendo maioria entre os desocupados: representavam 51,8% em dezembro 2002, 54,4% em dezembro de 2003 e 56,9% em dezembro último, a maior participação observada na nova série histórica.

O nível da desocupação (população desocupada/população em idade ativa) foi estimado em 5,4%, com retrações de 0,7 ponto percentual em relação a novembro e de 0,8 ponto percentual frente a dezembro de 2003.

Entre os desocupados, 20,9% estavam em busca de seu primeiro trabalho e 25,2% eram os principais responsáveis pela família. Com relação ao tempo de procura: 20,6% estavam em busca de trabalho a menos de 30 dias; 41,0% por um período de 30 dias a 6 meses; 12,1%, a mais de seis e menos de 12 meses e 26,3% por pelo menos 1 ano. Enquanto em dezembro de 2002 38,7% dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio, em dezembro de 2003 este percentual chegou a 40,7% e, na última pesquisa, atingiu 43,8%.

Em dezembro, estimou-se em 9,6% a taxa de desocupação das seis áreas, com variações significativas (-1,0 e -1,3 ponto percentual, respectivamente) tanto em relação à taxa de novembro de 2004 (12,0%) quanto à de dezembro de 2003 (10,9%). Em 2004, a taxa média de desocupação ficou em 11,5%, enquanto em 2003 ela fora de 12,3%.

Em relação a novembro, houve movimentação significativa em três regiões: Rio de Janeiro (de 9,4% para 8,5%), São Paulo (de 11,2% para 9,8%) e Porto Alegre de (7,8% para 6,6%), e estabilidade nas demais. Em relação a dezembro de 2004, houve alterações em Belo Horizonte (-1,9%), São Paulo (-2,0%) e Porto Alegre (-1,3%).

Taxa de desocupação por região metropolitana							
Mês	TOTAL	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	P. Alegre
dez/02	10,5	11,3	14,8	8,3	8,9	11,7	7,5
jan/03	11,2	11,7	15,2	9,8	8,3	13,0	7,9
fev/03	11,6	12,1	15,0	10,1	8,6	13,6	8,6
mar/03	12,1	12,7	16,2	10,3	9,1	13,9	10,0
abr/03	12,4	14,0	16,7	10,5	9,2	14,3	9,8
mai/03	12,8	15,1	17,3	11,0	9,6	14,6	10,2
jun/03	13,0	14,9	17,9	12,1	9,8	14,5	10,2
jul/03	12,8	14,2	17,6	11,4	9,6	14,5	9,5
ago/03	13,0	15,0	17,6	12,1	9,5	14,9	9,8
set/03	12,9	15,0	17,6	10,8	9,7	14,8	10,1
out/03	12,9	14,4	17,0	11,2	9,4	15,0	10,1
nov/03	12,2	14,0	16,4	10,3	8,9	14,0	9,4
dez/03	10,9	12,1	15,7	10,4	8,6	11,8	7,9
jan/04	11,7	12,8	16,2	12,3	8,9	12,9	7,6
fev/04	12,0	12,7	17,1	11,9	8,6	13,6	8,5
mar/04	12,8	12,6	17,1	12,1	9,8	14,6	9,6
abr/04	13,1	14,3	16,6	11,4	10,7	14,5	10,7
mai/04	12,2	13,3	16,2	10,9	9,6	13,6	9,7
jun/04	11,7	12,8	14,9	10,5	8,9	13,3	9,5
jul/04	11,2	13,4	14,9	10,7	8,1	12,5	8,9
ago/04	11,4	13,5	16,6	10,2	8,6	12,6	8,5
set/04	10,9	12,4	15,6	10,2	8,8	11,7	8,7
out/04	10,5	12,1	15,8	9,6	8,5	11,2	7,6
nov/04	10,6	11,2	15,9	9,2	9,4	11,2	7,8
dez/04	9,6	11,1	15,4	8,5	8,5	9,8	6,6

1.10.3 População Ocupada

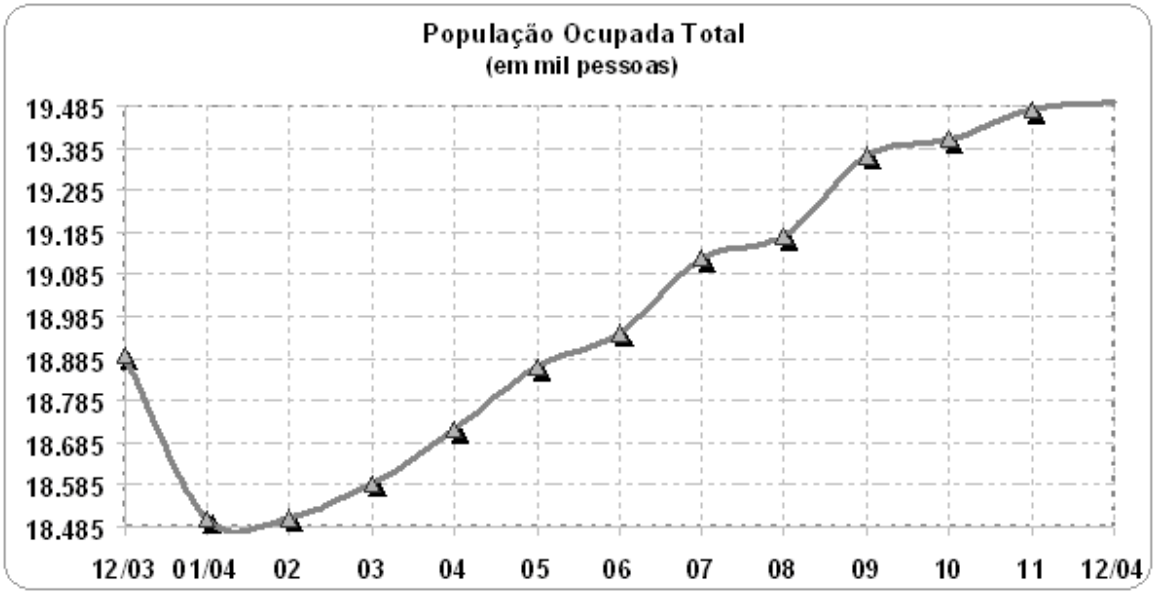
O total de pessoas ocupadas nas seis regiões metropolitanas (19,4 milhões) em dezembro de 2004 não apresentou variação em relação ao mês anterior. Na comparação com dezembro de 2003, houve alta de 3,2%, inferior à ocorrida entre dezembro de 2002 e de 2003 (4,5%).

O nível de ocupação (população ocupada / população em idade ativa), estimado em 51,3%, não se alterou em relação a novembro de 2004, mas subiu 0,7 ponto percentual comparação com dezembro de 2003, elevação inferior à observada no confronto 2002-2003. A taxa de ocupação (população ocupada/população economicamente ativa), estimada em 90,4%, mostrou alteração positiva na comparação mensal (1,0 ponto percentual) e apresentou elevação de 1,3 ponto percentual em relação a dezembro de 2003.

Os homens eram a maioria dos ocupados no mercado de trabalho em dezembro de 2004: representavam 56,3%, e as mulheres, 43,7%. Enquanto em dezembro 2003 o percentual de ocupados com 11 anos ou mais de estudo era de 47,2%, em dezembro de 2004 esta participação aumentou para em 4,0 pontos percentuais.

Por faixa etária, a população ocupada estava assim distribuída: 0,3% na faixa de 10 a 14 anos de idade; 2,0%, de 15 a 17 anos; 16,8%, de 18 a 24 anos;

63,2%, de 25 a 49 anos e 17,7%, de 50 anos ou mais. A pesquisa revelou, ainda, que 46,0% da população ocupada trabalhavam de 40 a 44 horas semanais.



1.10.4 Resultados nos principais grupamentos de atividade:

Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água ***(17,7% da PO)****.* No total das seis regiões, em relação a novembro, não houve alteração. Na comparação anual, a variação foi de 4,5% ou, aproximadamente, 149 mil pessoas.

Em relação a novembro, não houve variações em nenhuma das seis regiões metropolitanas investigadas. Em relação a dezembro de 2003, apenas Recife (11,3%) e Porto Alegre (7,6%) apresentaram variações significativas.

Construção ***(7,6% da PO)****.* Nas comparações mensal e anual, no total das seis regiões e em cada uma delas, este grupamento de atividade manteve-se estável em dezembro de 2004.

Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis ***(19,9% da PO)****.* Estabilidade mensal e anual, no total e em cada uma das seis regiões.

Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira ***(13,8% da PO)****.* No total das seis áreas houve

estabilidade em relação a novembro e variação de 7,3% frente a dezembro de 2003 .

Apenas em Belo Horizonte (-7,6%) houve variação na comparação mensal. Apenas Rio de Janeiro (7,7%), São Paulo (10,8%) e Porto Alegre (12,4%) tiveram movimentações significativas em relação a dezembro de 2003.

Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social* (15,1% da PO). Para o total das seis áreas, houve estabilidade em ambas as comparações. Apenas Recife (-6,9% na comparação mensal) e Belo Horizonte (8,8% no confronto anual) tiveram variação.

***Serviços domésticos* (8,1% da PO)** Em relação a novembro, no total das seis áreas, não houve variação significativa. Frente a dezembro de 2003, entretanto, a variação foi de 11,3%.

Na comparação mensal, apenas em Porto Alegre (16,5%) houve variação e, na anual, em Recife (17,7%), Salvador (15,0%), Rio de Janeiro (12,0%), São Paulo (12,7%) e Porto Alegre (13,1%).

Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais (17,3% da PO) Em relação a novembro, no total das seis áreas, não houve variação. Em relação a dezembro de 2003, houve alta de 3,8%, devido aos acréscimos de ocupados em Salvador (11,4%) e Belo Horizonte (10,4%). Nas demais áreas, houve estabilidade nesta comparação.

1.10.5 Resultados segundo a inserção no mercado de trabalho

Empregados COM carteira de trabalho assinada no setor privado [1]***(39,5% da PO)*** Não houve variação significativa, no total das seis regiões, frente a novembro. Em relação a dezembro de 2003, houve alta de 4,2%.

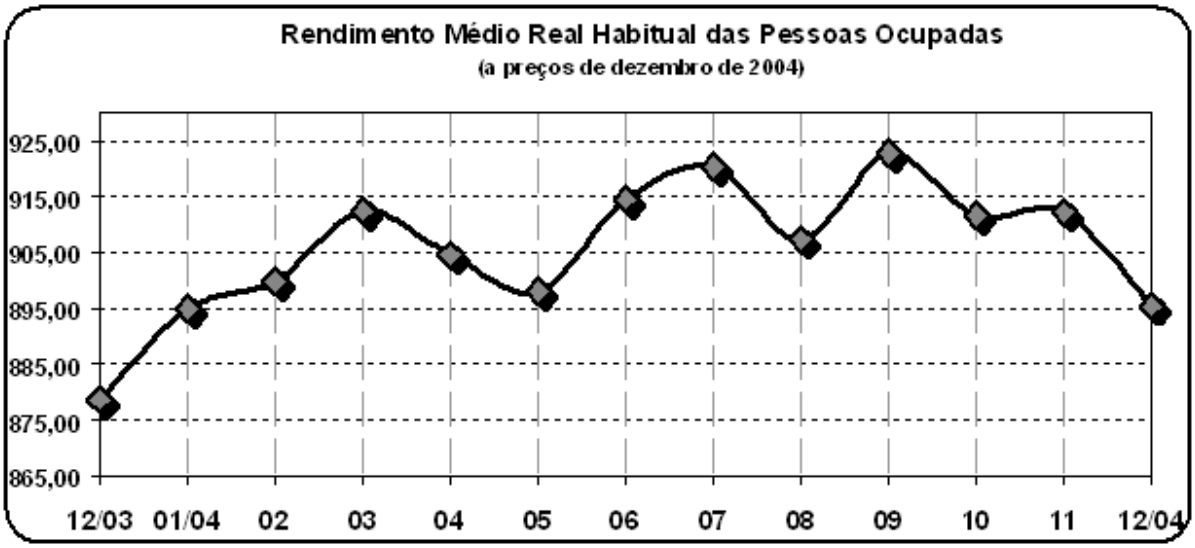
Apenas Salvador teve variação mensal significativa (4,0%). Na comparação com dezembro de 2003, registrou-se variação em Recife (11,1%), Belo Horizonte (5,5%) e Rio de Janeiro (6,4%).

Empregados SEM carteira no setor privado[1] ***(16,5% da PO)*** Alta mensal de 4,1% e anual de 5,5%, no total das seis áreas. Apenas São Paulo (7,3%) teve alteração mensal e somente Belo Horizonte (12,5%) e Porto Alegre (20,5%) tiveram mudanças anuais.

Trabalhadores por conta própria ***(19,8% da PO)*** Só houve alteração (anual) em Recife (-7,7%).

1.10.6 Rendimento médio real

Em dezembro, o rendimento médio rela habitualmente recebido pelo trabalhador foi estimado em R$ 895,40. Em relação a novembro de 2004, na média das seis áreas investigadas, houve queda de 1,8%. Cinco das regiões metropolitanas pesquisadas apresentaram queda: Recife (-2,6%), Belo Horizonte (-2,3%), Rio de Janeiro (-1,4%), São Paulo (2,0%) e Porto Alegre (-2,7%), e Salvador apresentou variação de 0,3%.



Em relação a dezembro de 2003, houve recuperação de 1,9% no poder de compra dos trabalhadores. Recife (4,6%), Belo Horizonte (1,0%), Rio de Janeiro (3,8%) e São Paulo (2,4%) apresentaram alta, enquanto as regiões metropolitanas de Salvador (-3,6%) e Porto Alegre (-0,8%), apresentaram perda no rendimento médio.

Frente a novembro de 2004, por posição na ocupação, no total das seis áreas, houve ligeira retração (-0,3%) para empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, queda de 6,2% para empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, e queda de 2,3% para trabalhadores por conta própria.

Ainda em relação às categorias de posição na ocupação, para o total das seis regiões, na comparação com dezembro de 2003, registrou-se estabilidade no rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, cujo rendimento médio passou de R$ 920,38 para R$ 920,90. Na categoria dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, a variação foi de 4,9%, sendo que o rendimento médio passou de R$ 548,84 para R$ 576,00. A categoria dos trabalhadores por conta própria mostrou variação positiva de 0,7%, ou seja, o rendimento médio desta categoria passou de R$ 688,88 para R$ 694,00.

RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO					
Posição na Ocupação	*Dez. 2003*	*Nov. 2003*	*Dez. 2004*	*Var. mês*	*Var. ano*
População Ocupada	878,68	912,26	895,40	-1,80%	1,90%
Com carteira (*)	920,38	924,06	920,90	-0,30%	0,10%
Sem carteira (*)	548,84	613,79	576,00	-6,20%	4,90%
Conta própria	688,88	710,59	694,00	-2,30%	0,70%

(*) carteira de trabalho assinada no setor privado

Em relação a novembro de 2004, os trabalhadores dos seguintes grupamentos de atividades tiveram perda no rendimento médio real habitual: indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água (-1,0%); construção (-7,4%); serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (-1,4%) educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social (-0,6%) e no grupamento dos outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais) (-4,9%). Em comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis (2,4%) e em serviços domésticos (0,4%) houve alta no rendimento.

Na comparação com dezembro de 2003, houve altas em: indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água (0,8%); construção (0,7%); comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis (8,3%) e serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (4,8%). Já educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social (-1,4%), serviços domésticos (-0,2%) e outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais) (-3,9%) apresentaram quedas no rendimento habitual.

RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO					
Grupamentos de Atividade Econômica	*Dez. 2003*	*Nov. 2004*	*Dez. 2004*	*Var. mês*	*Var. ano*
População Ocupada	878,68	912,26	895,40	-1,8%	1,9%
Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	896,35	912,36	903,10	-1,0%	0,8%
Construção	637,55	693,45	642,30	-7,4%	0,7%
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis	698,83	738,82	756,60	2,4%	8,3%
Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira	1.278,37	1.359,27	1.340,30	-1,4%	4,8%
Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social	1.271,07	1.261,86	1.253,70	-0,6%	-1,4%
Serviços domésticos	312,69	310,98	312,10	0,4%	-0,2%
Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais)	809,98	818,69	778,50	-4,9%	-3,9%

[1] Exclusive trabalhador doméstico, militar, funcionário público ou estatutário e outros empregados do setor público

1.10.7 Distribuição dos Assalariados do setor privado

Distribuição dos Assalariados do Setor Privado Sem Carteira de Trabalho
Assinada pelo Atual Empregador, por Setor de Atividade
Município de São Paulo
1985-2004

Em porcentagem

Anos	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
1985	31,7	20,5	42,0	5,8	100,0
1986	33,3	19,8	41,4	5,5	100,0
1987	28,0	21,2	43,6	7,2	100,0
1988	27,6	19,6	45,5	7,2	100,0
1989	27,8	19,3	45,0	8,0	100,0
1990	25,5	23,2	45,4	5,8	100,0
1991	24,7	24,2	46,0	5,1	100,0
1992	25,7	21,9	45,9	6,4	100,0
1993	25,0	23,7	45,3	6,0	100,0
1994	25,2	22,7	46,9	5,3	100,0
1995	25,0	22,1	48,4	4,5	100,0
1996	23,8	22,4	48,3	5,6	100,0
1997	22,2	21,4	51,5	4,9	100,0
1998	22,2	20,4	52,3	5,1	100,0
1999	23,2	18,7	53,6	4,4	100,0

2000	22,3	18,7	54,8	4,1	100,0
2001	22,3	19,2	54,5	4,0	100,0
2002	22,5	19,1	54,5	3,9	100,0
2003	20,6	19,3	56,7	3,4	100,0
2004 (Jan. a Maio)	17,2	20,3	59,3	(1) -	100,0

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

1.10.8 Distribuição dos autônomos por setor de atividade

Distribuição dos Autônomos, por Setor de Atividade
Município de São Paulo
1986-2004

Em porcentagem

Anos	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
1985	14,0	27,8	54,8	3,5	100,0
1986	15,0	28,5	51,9	4,6	100,0
1987	14,3	29,1	52,3	4,3	100,0
1988	14,4	25,2	55,6	4,8	100,0
1989	15,6	26,9	52,8	4,8	100,0
1990	13,6	30,2	51,4	4,8	100,0
1991	12,8	28,3	55,7	3,2	100,0
1992	13,1	28,4	54,3	4,2	100,0
1993	12,8	27,0	56,7	3,5	100,0
1994	12,9	27,5	56,3	3,3	100,0
1995	12,2	27,9	56,5	3,4	100,0
1996	12,0	27,2	57,6	3,2	100,0
1997	10,8	26,0	60,1	3,1	100,0
1998	10,5	25,7	61,4	2,3	100,0
1999	12,6	23,2	62,4	1,8	100,0
2000	12,0	22,9	62,9	2,3	100,0
2001	12,0	23,3	61,4	3,2	100,0
2002	12,8	22,5	61,2	3,5	100,0
2003	13,6	22,6	61,0	2,9	100,0
2004 (Jan. a Maio)	13,1	23,4	61,4	(1) -	100,0

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

1.10.9 Taxa de desemprego total

Taxas de Desemprego Total
Município de São Paulo
1995-2004

Em porcentagem

Meses	1995	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa Média Anual	**12,4**	**14,8**	**17,9**	**16,1**	**16,1**	**17,9**	**18,7**	**(1) 19,7**
Janeiro	11,1	13,0	16,3	16,1	14,4	16,5	17,9	18,1
Fevereiro	11,7	13,1	17,7	15,9	15,1	17,8	18,6	19,1
Março	12,0	14,0	18,6	16,6	15,5	18,5	18,9	20,4
Abril	12,6	14,8	18,8	17,2	16,5	19,0	19,5	20,5
Maio	12,6	14,4	18,5	17,6	16,2	18,3	19,5	19,7
Junho	12,2	14,3	18,4	17,5	16,0	17,5	19,4	...
Julho	12,2	14,3	18,7	17,5	15,5	16,8	18,7	...
Agosto	12,1	14,8	18,3	16,5	15,9	17,0	18,5	...
Setembro	12,9	15,2	18,2	15,8	16,6	18,0	18,8	...
Outubro	12,8	15,4	17,4	14,5	17,0	18,2	18,7	...
Novembro	13,1	15,9	17,2	14,5	16,5	18,1	18,2	...
Dezembro	12,6	15,7	16,2	14,3	16,3	17,7	17,8	...

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.
(1) De janeiro a maio.

1.11 Economia Urbana

1.11.1 Investimentos

Distribuição dos Investimentos Anunciados, segundo Setores e Subsetores de Atividade Econômica
Município de São Paulo
1998-2003

Em porcentagem

Setores e Subsetores de Atividade	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Serviços	**84,11**	**62,22**	**80,74**	**90,08**	**91,24**	**84,20**	**82,95**
Atividades Imobiliárias	31,23	30,33	19,20	11,33	13,89	4,36	19,86
Transporte Aéreo	16,50	0,02	0,94	43,32	0,72	8,56	16,89
Transporte Terrestre	0,59	0,48	0,08	23,52	48,65	52,80	16,88
Telecomunicações	16,56	4,98	8,96	6,05	8,07	0,86	8,72

Alojamento e Alimentação	8,62	12,87	16,61	2,15	6,74	2,59	7,70
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	3,12	2,66	1,41	0,44	2,59	5,92	2,36
Atividades de Informática	0,19	1,08	13,34	0,52	1,48	0,65	2,20
Ativ. Juríd., Cont. e de Asses. Empresarial	4,17	1,95	0,75	0,14	2,24	1,66	1,91
Intermed. Financ. (excl. seguros e prev. priv.)	0,00	0,18	11,10	0,21	1,87	2,58	1,89
Saúde e Serviços Sociais	0,65	5,81	3,74	0,52	1,35	0,76	1,83
Educação	1,28	0,50	0,95	0,20	2,63	1,38	0,99
Ativ. Aux. Transportes e Ag. Viagens	1,20	0,42	3,61	0,35	0,08	0,51	0,97
Atividades Associativas	0,00	0,00	0,00	1,16	0,59	0,00	0,37
Limpeza Urbana e Esgoto	0,00	0,77	0,00	0,03	0,00	0,00	0,12
Serviços Pessoais	0,00	0,04	0,04	0,13	0,17	0,27	0,09
Aluguel Veíc., Máq. e Equip. e Obj. Pessoais	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,61	0,07
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,39	0,04
Ativ. Aux. Intermediação Financeira	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,24	0,04
Seguro e Previdência Privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,07	0,02
Indústria	**11,75**	**34,06**	**10,12**	**9,00**	**5,25**	**9,58**	**13,07**
Material Eletrônico e Equip. Comunicação	4,51	13,12	0,61	0,93	0,27	0,47	3,48
Produtos Químicos	0,03	12,75	1,21	0,79	0,45	0,35	2,29
Eletricidade, Gás e Água Quente	1,26	1,30	0,00	4,85	0,49	0,94	1,95
Produtos Farmacêuticos	0,99	0,43	1,46	0,00	0,51	2,22	0,78
Alimentos e Bebidas	0,78	1,33	1,11	0,31	0,23	0,40	0,68
Madeira	0,93	0,00	2,48	0,01	0,00	0,00	0,55
Edição, Impressão e Gravações	0,81	1,03	0,54	0,33	0,15	0,15	0,55
Automotiva	0,64	0,00	0,14	0,22	0,42	0,86	0,37
Máquinas e Equipamentos	0,14	0,12	0,07	0,24	0,14	1,19	0,26
Outros Equip. de Transporte	0,00	0,00	1,29	0,00	0,90	0,00	0,25
Móveis e Indústrias Diversas	0,15	0,73	0,28	0,15	0,02	0,02	0,22
Metalurgia Básica	0,00	0,14	0,00	0,35	0,56	0,38	0,21
Têxtil	0,77	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,21
Equip. Médicos, Ópticos, de Automação e Precisão	0,00	1,33	0,00	0,00	0,00	0,01	0,19
Produtos de Metal (exclusive máq. e equip.)	0,00	0,69	0,00	0,16	0,34	0,02	0,18
Construção	0,32	0,00	0,03	0,00	0,04	0,78	0,17
Minerais Não-Metálicos	0,27	0,00	0,09	0,00	0,12	0,75	0,17
Máq., Aparelhos e Materiais Elétricos	0,00	0,31	0,01	0,46	0,00	0,00	0,17
Máq. Escrit. e Equip. Informática	0,14	0,00	0,70	0,18	0,45	0,04	0,14
Refino de Petróleo e Álcool	0,00	0,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
Reciclagem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,95	0,09
Papel e Celulose	0,00	0,00	0,06	0,01	0,11	0,00	0,02
Borracha e Plástico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04	0,01
Vestuário e Acessórios	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01
Comércio	**4,14**	**3,72**	**9,14**	**0,92**	**3,51**	**6,22**	**3,98**
Varejo e Reparação de Objetos	2,85	3,30	8,59	0,66	2,84	5,48	3,30
Com. e Rep. Automotores e Varejo de Combust.	1,01	0,17	0,21	0,23	0,43	0,60	0,48
Atacado	0,28	0,26	0,34	0,03	0,25	0,14	0,20

Fonte: Fundação Seade.

1.11.2 RENDA

1.11.2.1 Distribuição dos domicílios por faixas de renda familiar

Distribuição dos Domicílios, por Faixas de Renda Familiar, segundo Distritos
Município de São Paulo
2000

Em porcentagem

Distritos	Faixas de Renda (em Salários Mínimos)					
	Menos de 2 SM	De 2 a Menos de 5 SM	De 5 a Menos de 10 SM	De 10 a Menos de 15 SM	De 15 a Menos de 25 SM	De 25 SM e Mais
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**13,30**	**24,39**	**25,97**	**11,29**	**10,98**	**14,06**
Água Rasa	8,33	17,31	26,60	14,01	15,96	17,78
Alto de Pinheiros	3,47	5,44	12,22	9,30	15,85	53,72
Anhanguera	18,29	34,93	31,91	8,90	3,99	1,98
Aricanduva	11,64	24,95	28,47	13,72	13,33	7,88
Artur Alvim	12,03	23,22	31,51	15,87	12,60	4,77
Barra Funda	6,66	11,23	23,98	12,87	14,22	31,04
Bela Vista	4,81	12,59	23,28	15,33	17,46	26,53
Belém	7,77	17,08	24,51	14,79	16,11	19,74
Bom Retiro	10,20	20,04	24,70	14,70	15,57	14,79
Brás	10,27	19,34	31,06	15,23	11,64	12,46
Brasilândia	19,87	34,23	28,27	9,15	5,99	2,49
Butantã	4,93	10,60	16,23	12,10	18,25	37,88
Cachoeirinha	15,74	29,57	28,54	11,17	9,35	5,62
Cambuci	7,77	15,60	23,26	14,99	17,70	20,68
Campo Belo	4,92	9,48	13,81	9,90	13,45	48,44
Campo Grande	5,96	14,00	20,23	11,89	17,63	30,29
Campo Limpo	16,07	28,25	28,71	11,26	9,96	5,76
Cangaíba	12,05	27,17	30,24	12,56	11,56	6,42
Capão Redondo	18,30	32,80	29,82	9,36	6,50	3,22
Carrão	9,18	18,17	25,82	14,91	16,35	15,58
Casa Verde	8,51	19,05	28,32	13,74	14,49	15,90
Cidade Ademar	16,73	28,46	28,84	10,73	8,66	6,58
Cidade Dutra	15,30	27,10	29,26	12,03	9,64	6,67
Cidade Líder	14,03	26,70	30,78	13,63	9,14	5,72
Cidade Tiradentes	20,47	36,92	31,23	7,53	3,08	0,76
Consolação	3,77	8,33	17,19	10,49	15,74	44,47
Cursino	8,17	16,65	24,17	13,86	15,21	21,93
Ermelino Matarazzo	15,73	31,16	28,99	11,12	9,04	3,97
Freguesia do Ó	11,20	21,92	28,19	13,88	14,04	10,78
Grajaú	22,92	35,87	28,21	7,55	4,08	1,38
Guaianazes	19,76	35,70	29,17	8,62	5,19	1,56

Moema	2,91	3,43	9,95	8,55	13,78	61,38
Iguatemi	22,67	36,89	28,73	6,87	3,43	1,40
Ipiranga	9,68	20,11	23,56	13,37	14,64	18,64
Itaim Bibi	3,87	6,61	12,98	8,83	14,78	52,92
Itaim Paulista	22,99	37,29	26,86	7,20	4,13	1,54
Itaquera	17,50	29,22	29,28	11,11	8,62	4,28
Jabaquara	10,27	20,27	24,48	13,51	13,56	17,91
Jaçanã	12,37	25,74	28,58	12,99	12,29	8,02
Jaguara	9,64	21,17	30,03	14,78	14,51	9,88
Jaguaré	12,37	22,34	24,14	9,63	14,54	16,99
Jaraguá	15,66	31,57	32,01	10,77	7,42	2,58
Jardim Ângela	22,18	38,05	27,82	6,83	3,82	1,29
Jardim Helena	25,07	36,35	25,61	7,25	4,19	1,53
Jardim Paulista	2,43	4,04	11,97	9,17	16,61	55,78
Jardim São Luís	16,16	31,76	30,08	10,26	7,85	3,89
José Bonifácio	13,76	25,52	32,00	15,65	10,07	3,00
Lajeado	24,67	38,67	25,80	6,66	3,07	1,13
Lapa	4,89	11,86	20,15	12,25	17,97	32,87
Liberdade	6,47	13,96	21,56	11,52	16,90	29,59
Limão	11,30	24,80	25,49	14,25	13,54	10,62
Mandaqui	6,73	15,36	24,64	15,25	17,32	20,70
Marsilac	44,10	31,22	19,47	4,31	0,19	0,71
Moóca	6,70	13,11	21,07	12,54	18,11	28,48
Morumbi	4,00	9,05	10,76	5,67	9,95	60,58
Parelheiros	26,06	38,16	25,79	6,15	2,83	1,01
Pari	10,84	20,53	24,98	14,91	14,95	13,80
Parque do Carmo	16,08	29,07	30,80	11,41	8,25	4,39
Pedreira	21,24	32,70	28,57	8,86	5,60	3,03
Penha	11,25	21,04	26,39	14,51	13,76	13,05
Perdizes	2,70	5,45	12,84	10,72	17,47	50,83
Perus	18,27	35,47	29,33	9,61	4,94	2,39
Pinheiros	3,77	5,98	14,34	9,60	16,53	49,79
Pirituba	11,94	23,63	27,39	13,39	13,55	10,09
Ponte Rasa	11,81	23,99	30,66	13,89	12,35	7,30
Raposo Tavares	12,73	27,95	29,05	12,50	10,54	7,24
República	8,09	16,69	31,18	15,64	14,93	13,46
Rio Pequeno	11,80	22,00	22,77	12,38	13,08	17,96
Sacomã	12,16	23,27	28,38	12,81	12,92	10,47
Santa Cecília	5,53	11,60	23,33	14,45	17,95	27,14
Santana	4,90	9,79	19,97	14,06	18,15	33,13
Santo Amaro	4,17	6,84	16,87	10,41	18,59	43,13
Sao Domingos	9,94	23,88	26,83	12,95	12,93	13,46
São Lucas	11,43	22,31	28,44	14,50	13,85	9,46
São Mateus	15,19	29,02	29,37	12,68	9,81	3,93
São Miguel	17,47	30,40	28,29	10,75	8,87	4,23
São Rafael	21,34	35,49	28,48	8,17	4,79	1,74
Sapopemba	18,08	31,19	30,19	10,75	6,79	3,00
Saúde	3,96	9,12	17,22	10,84	18,52	40,33
Sé	11,02	25,04	31,85	14,56	10,45	7,09
Socorro	8,65	13,72	24,01	12,82	17,58	23,22
Tatuapé	5,92	11,73	18,17	12,14	18,99	33,05

Tremembé	13,14	27,78	28,30	11,43	9,74	9,62
Tucuruvi	7,27	16,38	24,87	15,11	18,15	18,20
Vila Andrade	14,15	25,13	17,41	5,50	6,37	31,44
Vila Curuça	22,61	34,37	27,32	8,68	4,74	2,28
Vila Formosa	8,10	20,08	28,69	13,91	13,08	16,14
Vila Guilherme	8,79	18,24	27,99	15,52	14,95	14,51
Vila Jacuí	19,02	34,65	28,16	9,23	6,14	2,80
Vila Leopoldina	5,15	19,06	16,64	9,59	15,95	33,61
Vila Maria	12,26	27,16	29,32	12,11	10,93	8,22
Vila Mariana	2,87	7,03	13,69	9,90	17,47	49,05
Vila Matilde	10,26	22,29	28,47	14,83	14,01	10,16
Vila Medeiros	12,32	24,21	31,25	13,80	11,97	6,45
Vila Prudente	10,43	21,42	27,28	12,52	13,92	14,43
Vila Sônia	9,58	16,05	20,05	11,28	13,96	29,07

Fonte: IBGE; Fundação Seade.

Nota: Exluindo-se os domicílios cuja espécie é do tipo coletivo.

Salário mínimo de referência do Censo 2000: R$151,00.

1.11.2.2 Distribuição dos domicílios por faixas de renda per capitã

Distribuição dos Domicílios, por Faixas de Renda per Capita, segundo Distritos

Município de São Paulo

2000

Em porcentagem

Distritos	Faixas de Renda (em Salários Mínimos)						
	Menos de 1/2 SM	De 1/2 a Menos de 1 SM	De 1 a Menos de 1 1/2 SM	De 1 1/2 a Menos de 3 SM	De 3 a Menos de 5 SM	De 5 a Menos de 10 SM	De 10 SM e Mais
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	**8,89**	**12,27**	**12,60**	**25,35**	**15,05**	**13,75**	**12,08**
Água Rasa	3,11	5,00	9,24	27,71	21,82	20,96	12,17
Alto de Pinheiros	1,22	1,46	2,22	9,67	12,83	21,86	50,73
Anhanguera	12,59	20,35	20,19	31,65	10,88	3,68	0,66
Aricanduva	6,57	11,83	13,77	31,66	19,52	11,76	4,89
Artur Alvim	7,13	10,98	13,11	32,43	21,14	12,63	2,59
Barra Funda	3,41	4,50	3,03	15,23	12,75	30,24	30,85
Bela Vista	2,35	2,09	3,81	13,79	16,00	25,86	36,10
Belém	3,33	5,11	7,30	25,36	20,10	24,11	14,68
Bom Retiro	5,42	6,47	9,25	25,77	21,89	19,79	11,39
Brás	3,63	7,19	11,37	25,81	19,71	21,64	10,66
Brasilândia	15,20	19,40	17,97	28,58	11,73	5,65	1,48

Butantã	2,34	3,15	4,84	15,16	16,45	26,82	31,24
Cachoeirinha	11,01	16,05	15,82	29,44	14,46	9,63	3,59
Cambuci	2,77	3,64	8,32	20,81	22,88	24,18	17,40
Campo Belo	3,12	2,55	3,81	10,99	10,82	24,95	43,76
Campo Grande	2,75	5,55	6,79	19,97	18,54	24,37	22,03
Campo Limpo	11,11	16,17	15,40	28,83	14,20	9,88	4,42
Cangaíba	7,79	11,58	15,22	31,25	18,87	11,85	3,45
Capão Redondo	13,29	18,35	18,22	29,51	12,18	6,71	1,74
Carrão	4,64	5,82	10,07	29,14	20,24	19,92	10,16
Casa Verde	4,22	6,81	10,46	29,44	20,37	17,42	11,27
Cidade Ademar	11,61	15,75	15,02	29,69	13,66	9,89	4,37
Cidade Dutra	10,85	15,32	15,29	29,18	15,32	10,08	3,96
Cidade Líder	9,03	14,07	16,11	32,20	16,52	9,49	2,57
Cidade Tiradentes	16,48	21,72	19,28	28,75	9,66	3,48	0,63
Consolação	2,11	0,95	2,17	7,92	12,90	22,99	50,97
Cursino	4,42	6,92	9,31	23,49	18,34	21,34	16,19
Ermelino Matarazzo	10,12	16,64	16,49	31,83	13,64	8,97	2,32
Freguesia do Ó	6,47	9,35	12,34	28,78	19,64	16,41	7,00
Grajaú	18,09	22,62	18,41	27,54	9,21	3,48	0,66
Guaianazes	14,89	22,53	17,19	28,71	10,85	4,41	1,42
Moema	1,80	0,57	0,91	5,94	6,90	19,96	63,93
Iguatemi	18,43	23,85	18,02	27,99	7,88	3,31	0,51
Ipiranga	5,50	7,21	8,74	22,72	19,96	20,90	14,96
Itaim Bibi	2,43	0,83	2,81	8,13	10,90	22,18	52,72
Itaim Paulista	17,53	22,94	19,22	26,70	8,82	4,09	0,69
Itaquera	12,31	16,26	15,98	30,34	14,64	8,21	2,24
Jabaquara	6,66	9,14	10,76	24,50	16,46	17,87	14,61
Jaçanã	8,84	13,79	13,08	27,59	18,50	13,42	4,79
Jaguara	4,98	6,49	11,23	34,57	23,57	15,72	3,44
Jaguaré	9,28	10,60	11,62	21,07	15,17	18,05	14,22
Jaraguá	12,04	17,19	18,48	31,21	12,57	7,20	1,31
Jardim Ângela	17,25	23,03	18,67	27,91	9,08	3,30	0,78
Jardim Helena	18,29	23,84	17,84	25,93	9,22	4,29	0,59
Jardim Paulista	1,34	0,43	1,12	5,72	8,41	20,92	62,05
Jardim São Luís	11,37	16,59	16,57	30,19	14,58	8,06	2,65
José Bonifácio	9,90	13,67	15,56	33,06	16,74	9,30	1,77
Lajeado	20,07	24,31	18,71	25,80	7,80	2,84	0,46
Lapa	1,37	2,96	5,05	17,55	18,41	26,81	27,85
Liberdade	2,67	2,58	5,57	15,99	16,54	25,60	31,06
Limão	6,81	11,81	11,87	27,32	19,55	15,89	6,74
Mandaqui	3,58	5,14	8,83	24,77	22,05	22,33	13,30
Marsilac	32,75	24,00	17,45	19,60	3,80	1,30	1,10
Moóca	3,22	3,20	5,88	18,80	18,73	27,69	22,48
Morumbi	3,15	4,68	3,50	7,91	8,42	15,90	56,44
Parelheiros	21,56	24,73	18,88	24,18	7,36	2,39	0,91
Pari	5,63	9,36	9,46	25,24	20,07	21,12	9,11
Parque do Carmo	11,35	16,05	16,34	30,80	15,27	8,09	2,10
Pedreira	15,95	19,78	17,09	28,13	12,01	5,92	1,13
Penha	5,62	8,23	11,48	27,13	21,03	18,54	7,98
Perdizes	1,13	0,89	2,63	8,54	11,50	25,59	49,73
Perus	12,13	21,44	17,82	31,36	11,34	5,01	0,89

Pinheiros	1,51	0,81	2,70	7,80	12,30	23,88	51,00
Pirituba	7,11	10,78	12,77	29,04	18,33	14,84	7,13
Ponte Rasa	6,48	11,25	14,63	31,78	18,30	13,89	3,67
Raposo Tavares	8,82	14,60	14,85	29,90	15,09	11,89	4,86
República	3,17	2,82	6,33	17,87	20,87	25,57	23,36
Rio Pequeno	7,90	11,07	11,86	22,90	15,78	17,27	13,22
Sacomã	7,06	11,02	12,27	28,94	18,19	15,71	6,81
Santa Cecília	3,15	1,69	3,89	14,34	17,78	26,45	32,69
Santana	2,15	2,92	4,61	16,18	20,12	26,83	27,18
Santo Amaro	2,55	1,30	3,16	11,98	17,31	24,77	38,94
Sao Domingos	5,87	10,88	13,20	28,02	17,07	16,74	8,23
São Lucas	5,99	9,53	13,02	30,43	20,19	15,29	5,56
São Mateus	10,28	14,95	16,11	31,99	15,33	9,03	2,32
São Miguel	11,10	16,65	16,44	31,65	14,10	7,91	2,16
São Rafael	16,06	21,25	18,14	29,53	10,05	4,10	0,86
Sapopemba	12,68	17,80	16,75	31,57	13,23	6,78	1,19
Saúde	2,14	1,69	4,16	13,89	14,66	27,58	35,87
Sé	5,95	5,18	8,96	27,69	21,95	20,14	10,13
Socorro	3,69	6,22	7,46	21,61	22,89	23,31	14,82
Tatuapé	1,60	2,46	6,13	17,39	18,63	29,03	24,75
Tremembé	9,61	14,35	13,60	28,55	15,70	11,83	6,36
Tucuruvi	3,55	4,84	8,37	25,34	23,43	22,22	12,26
Vila Andrade	11,73	15,14	10,52	15,80	6,98	9,12	30,70
Vila Curuça	17,07	19,80	18,00	29,02	10,52	4,58	1,01
Vila Formosa	3,69	7,37	11,65	29,50	20,37	16,56	10,85
Vila Guilherme	3,81	5,83	10,33	28,87	22,37	20,18	8,62
Vila Jacuí	13,31	21,43	17,26	28,41	11,46	6,42	1,72
Vila Leopoldina	3,00	7,43	8,04	15,33	18,08	21,13	26,99
Vila Maria	7,07	12,60	12,70	31,31	18,05	12,72	5,56
Vila Mariana	1,68	1,12	2,48	8,60	11,22	26,95	47,95
Vila Matilde	5,26	8,67	12,20	31,27	21,26	15,70	5,63
Vila Medeiros	6,06	11,12	14,63	32,10	20,12	12,46	3,52
Vila Prudente	4,90	7,83	10,18	28,53	20,58	18,52	9,46
Vila Sônia	5,66	8,59	9,26	18,82	14,16	18,99	24,51

Fonte: IBGE; Fundação Seade.

Nota: Exluindo-se os domicílios cuja espécie é do tipo coletivo.

Salário mínimo de referência do Censo 2000: R$151,00.

1.11.3 Mercado Imobiliário

1.11.3.1 Domicílios localizados em favelas, cômodos e improvisados

Domicílios Localizados em Favelas, Cômodos e Improvisados
Município de São Paulo
1991-2000

Localização	1991	2000
Em Favela	155.191	207.160
Em Cômodo	24.168	42.246
Improvisados	5.870	11.456

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000.

1.11.3.2 Domicílios particulares permanentes próprios

Domicílios Particulares Permanentes Próprios, segundo Condição de Ocupação do Terreno
Município de São Paulo
2000

Condição de Ocupação	Domicílios
Próprio	1.788.477
Cedido	79.735
Outra Condição	104.507

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo Demográfico 2000.

1.11.3.3 Domicílios particulares permanentes urbanos

Domicílios Particulares Permanentes Urbanos, segundo Tipos
Município de São Paulo
1991-2000

Tipos	1991	2000
TOTAL	**2.487.794**	**2.826.603**
Casa	1.950.966	2.076.347
Apartamento	512.660	708.010
Cômodo	24.168	42.246

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000.

1.11.3.4 Domicílios particulares permanentes por situação

Domicílios Particulares Permanentes, por Situação, segundo Formas de Ocupação
Município de São Paulo
1991-2000

Formas de Ocupação	1991			2000		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
TOTAL	**2.539.953**	**2.487.051**	**52.902**	**2.985.977**	**2.827.849**	**158.128**
Próprio	1.614.532	1.571.085	43.447	2.071.736	1.946.043	125.693
Alugado	730.318	726.466	3.852	645.017	635.136	9.881
Cedido	180.981	175.792	5.189	188.058	177.561	10.497
Cedido por Empregador	30.282	27.707	2.575	32.445	29.522	2.923
Cedido de Outra Forma (1)	150.699	148.085	2.614	155.613	148.039	7.574
Outra Condição	14.122	13.708	414	81.166	69.109	12.057

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000.
(1) Para 1991, inclui os domicílios cedidos por particular.

1.11.3.5 Domicílios urbanos segundo espécie

Domicílios Urbanos, segundo Espécie
Município de São Paulo
1991-2000

Espécie	1991	2000
Particular Permanente	2.487.794	2.826.603
Particular Improvisado	5.870	11.456
Coletivo	81.025	41.460

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000.

1.11.3.6 Domicílios segundo situação

Domicílios, segundo Situação
Município de São Paulo
1991-2000

Situação	1991	2000
TOTAL	**2.539.581**	**3.039.104**
Urbanos	2.487.793	2.879.519
Rurais	51.788	159.585

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000.

1.11.4 Consumos

1.11.4.1 Domicílios particulares segundo acesso a serviços de infra-estrutura urbana

Domicílios Particulares Permanentes Urbanos,
segundo Acesso a Serviços de Infra-Estrutura Urbana
Município de São Paulo
1991-2000

Serviços de Infra-Estrutura	1991	2000
Energia Adequada	2.485.994	2.824.934
Energia Inadequada	1.800	1.670
Coleta de Lixo Adequada	2.456.792	2.810.678
Coleta de Lixo Inadequada	31.002	15.926
Esgoto Adequado	2.274.198	2.614.235
Esgoto Inadequado	213.595	212.369
Abastecimeto de Água Adequado	2.435.602	2.780.945
Abastecimeto de Água Inadequado	52.189	45.658
Infra-Estrutura Interna Urbana Adequada	2.240.162	2.573.535
Infra-Estrutura Interna Urbana Inadequada	247.632	253.069

Fonte: Fundação Seade; IBGE. Censo Demográfico 2000.
Nota: As carências expressas nesses indicadores não são excludentes, ou seja, um mesmo domicílio pode apresentar mais de um tipo de necessidade habitacional.

This document was created with Win2PDF available at http://www.daneprairie.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.